

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NAYARA VEIGA DEMARI

Na caminhada: grupos online e redes de ajuda de familiares de presos em São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para
obtenção do título de mestre Área de concentração : Sociologia

Orientadora: Luana Dias Motta

São Carlos - SP

2025

Nayara Veiga, Demari

Na caminhada: : grupos online e redes de ajuda de familiares de presos em São Paulo / Demari Nayara Veiga -- 2025.

72f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Luana Dias Motta

Banca Examinadora: Natália Bouças do Lago, Jacqueline Sinhoretto

Bibliografia

1. visitas; familiares de presos; vasos comunicantes; grupos online. I. Nayara Veiga, Demari. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Nayara Veiga Demari, realizada em 25/02/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)

Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto (UFSCar)

Profa. Dra. Natália Bouças do Lago (UNICAMP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

*Às mulheres da minha
família que não puderam
voar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, que sempre me incentivou a estudar e adubou os interesses da pequena Nayara por livros e escrita. Não mediram esforços para que eu fosse a primeira pessoa da família à acessar a universidade pública e me deixaram livre para escolher o que eu queria ser e o que queria fazer. Esse trabalho é uma conquista da nossa família!

Agradeço imensamente também aos meus colegas e amigos do PPGS, que sempre interessados compartilharam comigo as mais diversas informações, notícias, vídeos, músicas sobre o universo prisional. Tive o prazer de compartilhar momentos valiosos em sala de aula com uma turma disposta a aprender, compartilhar e tornar-se pesquisadores juntos. Agradeço aos meus amigos da Rádio Pião, com quem compartilhei muitos almoços no RU, bares e risadas, o mestrado foi muito mais leve com vocês!

Agradeço a minha amiga Raisa, que apesar de também ter feito graduação na mesma universidade, foram nas primeiras aulas do mestrado que nos atraímos como ímãs, nos tornando grandes amigas. Sou grata pela oportunidade de compartilhar com você o prazer não só da vida, mas também o da curiosidade, do aprender e de se movimentar, você me inspira.

Agradeço também aos amigos com quem compartilhei horas de trabalho, mas também o dia a dia desse momento da vida. Iberê trouxe para dias difíceis mas também bonitos abraços que acolheram, comidas que trouxeram energia pros dias cansados e descanso pros finais de semana, obrigada amigo! Agradeço especialmente ao meu amigo Lucas pelo compartilhar diário dessa pesquisa (e da casa), obrigada por todo apoio, sua companhia nesse momento tão caótico e ao mesmo tempo novo da minha vida foi muito especial! Obrigada por ser minha dupla imbatível.

Agradeço também ao Na Margem, onde me sinto em casa, especialmente à minha orientadora Luana Motta, pessoa que me inspira não só como orientadora, pesquisadora e professora, mas também como pessoa. Obrigada pela paciência, cuidado e atenção. Além disso, agradeço também aos amigos e colegas que fiz nesse grupo de pesquisa que sempre tem o humor perfeito para tornar o trabalho mais prazeroso. Obrigada especialmente a João Victor, Thalia, Luiz Gustavo, Matheus e Magê, meus companheiros nesse processo de formação. Viva o La Margem!

Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender de que forma os grupos online são mobilizados por mulheres que visitam seus parentes e companheiros em unidades prisionais do estado de São Paulo para se manterem na caminhada. Para isso, foram realizadas observações em grupos do Facebook e do WhatsApp, além de uma entrevista com a administradora de um grupo do Facebook. Dessa maneira, buscou-se discutir como as dinâmicas próprias do sistema penitenciário do estado de São Paulo, compostas por vasos comunicantes, são mobilizadas pelas mulheres para transitar por seus fluxos prisionais, a fim de se manterem na caminhada.

Palavras-chave: visitas; familiares de presos; vasos comunicantes; grupos online.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

ABSTRACT

This research aimed to understand how online groups are mobilized by women who visit their relatives and partners in prison units in the state of São Paulo to sustain their journey. To achieve this, observations were conducted in Facebook and WhatsApp groups, along with an interview with the administrator of a Facebook group. In this way, the study sought to discuss how the specific dynamics of the São Paulo state prison system, composed of communicating vessels, are mobilized by these women to navigate its prison flows in order to sustain their journey.

Keywords: visits; prisoners' relatives; communicating vessels; online groups.

LISTA DE SIGLAS

CDP: Centro de Detenção Provisória

PCC: Primeiro Comando da Capital

SAP: Secretaria de Administração Penitenciária

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO	7
INTRODUÇÃO	10
PERCURSOS METODOLÓGICOS	17
CAPÍTULO 1 – A PRISÃO EM MOVIMENTO	27
<i>Provando que está na caminhada</i>	<i>35</i>
<i>Os vasos comunicantes</i>	<i>29</i>
CAPÍTULO 2 - Buscando as informações e chegando às redes de ajuda	40
<i>As redes de ajuda: caminhando juntas pela ilegibilidade do Estado.....</i>	<i>47</i>
<i>Caminhando entre grupos: os grupos de informação e os grupos de senha</i>	<i>55</i>
CAPÍTULO 3: Construindo estratégias para acompanhar o movimento	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

GLOSSÁRIO

Caminhada: *Caminhada* pode significar coisas diferentes a depender do contexto da frase e da forma com o que termo for mobilizado. *Caminhada* é uma referência às vivências passadas de alguém, mas também pode significar o “caminhar junto”. Assim, caminhar é uma experiência que se passa sozinho, mas que também se compartilha com alguém. Individual e coletiva, a *caminhada* é sempre um movimento: *caminhar junto*, *fazer parte da mesma caminhada* significa compartilhar um rumo. *Passar a caminhada* significa transmitir uma ideia, narrar um evento ou comunicar uma regra.

Carteirinha: documento de identificação confeccionado pelas unidades prisionais, que deve ser renovado dentro do tempo determinado pela Secretaria de Administração Penitenciária. Sem ela não é possível visitar, enviar *jumbo* ou entrar em grupos de informação e de senha organizados pelas *visitas*.

Cadeias do Comando: forma de se referir à unidades prisionais organizadas de acordo com a ética do PCC. Essas unidades não contam somente com membros do Comando, não sendo necessário aderir a facção para cumprir pena no local. Entretanto não pode ser acessada, pelo menos não de forma segura, por aqueles que ferem a ética do Partido e passam a ser considerados como inimigos: os *coisa*. Nessa categoria entram ex-agentes de segurança, estupradores e membros de outras facções consideradas inimigas do PCC. A eles são reservadas as *unidades de oposição* e o *seguro*.

Cadeia desfavorável: Unidades prisionais que não funcionam sob a ética do Comando. Também conhecidas como *cadeias de oposição*.

Coisa: São todos aqueles considerados inimigos pelo Partido, como integrantes de outras facções, agentes de segurança estatais e estupradores.

Corre: Indica movimento e depende do contexto da frase. *Estar no corre* por alguém indica estar *na caminhada*, se movimentando por alguém que está preso. *Fazer um corre* significa fazer algo, podendo tanto ser atividades ilícitas (*fazer o corre* de um celular ou de uma droga) ou atividades lícitas e cotidianas (*fazer o corre* de lavar roupa).

Cunhada: Mulher casada com um *irmão do PCC*.

Guias: Mulheres casadas com presos batizados no Comando responsáveis pela organização da visitação em unidades do PCC. As guias de porta organizam a fila a partir da distribuição de senhas normais e preferenciais. As senhas preferenciais são para mulheres grávidas, com criança de colo, idosos e pessoas com problemas de mobilidade. Antes da criação dos grupos de senha, as guias de porta ficavam na frente das unidades distribuindo as senhas fisicamente. A distribuição presencial que, a depender da unidade, começava na quinta-feira ou na sexta, tinha como efeito a criação de acampamentos em frente às unidades mais superlotadas. As mulheres levavam, ou alugavam, barracas, pegavam a senha e permaneciam na frente da prisão até o momento da formação da fila. Essa atitude era tomada visando pegar uma senha baixa e passar menos tempo na fila. Com a criação de grupos de distribuição de senhas pelo Telegram a formação de acampamentos em frente às unidades deixou de acontecer. As guias têm como tarefa auxiliam as visitantes com suas dúvidas sobre documentos, itens permitidos/proibidos no jumbo e na comunicação de *salves*.

Irmão: Homem batizado no *Partido*.

Jumbo: Conjunto de suplementos enviados pela família ao preso com alimentos, roupas, artigos de higiene pessoal, cigarros, medicamentos, que pode ser encaminhado no próprio dia de visita ou em outros dias previstos. Suas embalagens, formas e quantidades são reguladas e revistas a partir de critérios variáveis de uma unidade prisional para outra e ao longo do tempo.

Pote: Cela utilizada como punição onde o preso fica completamente isolado da população prisional e seus vasos comunicantes, não podendo receber cartas, jumbos e visitas.

Rol de visita: Cadastro onde a administração insere os dados dos familiares do preso. Esse cadastro é imprescindível para realizar visitas, enviar jumbos e emails.

Salve: Essa é uma das palavras que, a depender de sua mobilização na frase, pode significar diferentes coisas. *Passar um salve* pode ter o sentido de recado, informação a ser passada ou então *tomar um salve* tem o sentido de *sofrer as consequências* por algo. Além disso, os

salves do Comando são recados ou diretrizes vindas de posições hierárquicas superiores que podem ser passadas aos *irmãos*, em uma reunião entre eles, ou a toda a população prisional. Caso o *salve* seja endereçada a toda a população prisional, os *frente de cadeia* convocarão uma reunião e passarão o recado.

Sedex: Outro termo para *jumbo*, mas diz respeito somente aos itens enviados por correspondência postal.

Seguro: Parte da unidade prisional reservada da convivência com a população prisional geral. Nele se encontram todos aqueles que estão em desacordo com a população prisional, resultando em risco de morte. Tal fato faz com que quando a *cadeia vira*, o seguro se torne um dos alvos a ser exterminado. O seguro pode ser solicitado por qualquer preso a qualquer momento, inclusive na chegada à unidade prisional.

INTRODUÇÃO

A todo instante pessoas são presas, julgadas, cumprem e progridem de pena, conquistam a liberdade. Esse caminho, entretanto, não é linear nem óbvio. A prisão tem sua temporalidade e seus movimentos, que não estão dissociados do território onde a mesma se encontra: as prisões paulistas, abordadas neste trabalho, tem temporalidades e movimentos diferentes daquelas que se encontram em outros estados brasileiros, assim como as prisões de outros países. A existência da prisão paulista e o cumprimento de pena nas suas unidades dependem do movimento contínuo de documentos, pessoas, mantimentos e informações (GODOI, 2015). Esse movimento não é descolado do contexto histórico, que influenciou na constituição do parque penitenciário, na determinação e transformação das suas dinâmicas. Esse trabalho buscou, então, seguir o movimento das mulheres que visitam seus familiares na prisão por um outro caminho, um caminho que se constrói no cotidiano e que é observado neste trabalho através de ferramentas como o Facebook e o Whatsapp, onde o compartilhamento de informações permite a essas mulheres realizar a manutenção dos seus relacionamentos com aqueles que se encontram privados de liberdade.

Os movimentos da prisão à qual essa pesquisa se debruça são aqueles que as mulheres que visitam seus familiares presos precisam aprender, acompanhar e transitar para realizar a manutenção de seus relacionamentos com os familiares presos. De forma concreta, eles se apresentam nos regimentos estabelecidos pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) que regulam a forma como devem acontecer as visitas e a comunicação entre familiares e presos. Através de publicações no Diário Oficial e no seu site oficial, a SAP determina quais são os procedimentos de entrada na prisão para os familiares e quais são os objetos (roupas, comidas, itens de higiene) permitidos de serem levados por estes. As mulheres precisam saber como e para onde enviar seus documentos a fim de obter uma *carteirinha*, quais comidas são permitidas no *jumbo*, quais roupas são permitidas vestir e quais são proibidas.

Entretanto, esses procedimentos e exigências não são estanques. Apesar da SAP descrevê-los como padrão para todas as unidades, existem variações. Enquanto nas unidades do interior as visitas acontecem somente no final de semana, em unidades da região metropolitana elas acontecem também durante a semana. Itens permitidos em todas as unidades podem ser considerados proibidos em determinada unidade, assim como podem acontecer arbitrariedades por parte dos agentes penitenciários no momento da revista da alimentação (FERRAZ DE LIMA, 2013, LAGO, 2019). Além disso, a prisão não está

descolada das novidades que surgem "do lado de fora" e a entrada de novos itens, como extensão de cílios, podem ser progressivamente proibidos nas unidades conforme a sua popularização. Assim, para além dos parâmetros racionais burocráticos estabelecidos pelo Estado, existem “margens” (DAS, 2020) que são preenchidas pelas especificidades de cada unidade, a partir das decisões de seus diretores e das arbitrariedades dos funcionários. Seja dentro dessas “margens” ou a partir de regulamentos estatais, a prisão está continuamente se produzindo e se alterando.

A prisão aparece aqui como uma regulação racional do Estado ao mesmo tempo que como um *ser mágico*, tendo em sua magia consequências reais (DAS, 2020): é preciso não só adquirir uma gama de conhecimentos sobre as burocracias estatais descritas nos documentos mas também acessar e mobilizar uma rede de pessoas e conhecimentos que transitam e se atualizam pelos fluxos prisionais. A prisão se apresenta neste trabalho como uma instituição que produz movimentos ao mesmo tempo em que é produzida por eles (MALLART, 2019; GODOI, 2015; PADOVANI, 2019). Suas burocracias e fluxos se alteram territorialmente e ao longo do tempo, por isso o conhecimento sobre os caminhos a serem seguidos não só para visitar, mas para *estar na caminhada*, são continuamente produzidos e compartilhados entre as mulheres.

Os movimentos, burocráticos e mágicos (DAS, 2020), do sistema penitenciário paulista se tornaram um interesse de pesquisa quando na graduação participei da direção de um documentário¹ sobre *visitas*. Este foi realizado em Itirapina, uma cidade do interior do estado de São Paulo que conta com quase 17 mil habitantes e duas unidades prisionais que se encontram no seu limite urbano. Buscando por pessoas dispostas a participar do nosso projeto, nos deslocamos para o lugar mais óbvio: a porta da prisão. Em um período de dois meses, passamos diversas madrugadas de sextas para sábados e de sábados para domingos em frente as duas unidades prisionais conversando com pessoas, quase exclusivamente mulheres. Falar sobre suas relações com quem visitavam e a experiência de estar lá muitas vezes implicava em conhecer histórias de vida. Abertas a conversar, mas não a se identificar, elas nos ensinaram muito sobre as *cadeias paulistas* e suas dinâmicas enquanto nos falavam sobre

¹ O documentário foi o trabalho de conclusão de curso de um amigo que estava se graduando em Imagem e Som em 2019 pela Universidade Federal de São Carlos. Nesse momento eu estava lendo a dissertação de Giane Silvestre (2011) sobre as mulheres que visitavam seus companheiros em Itirapina - SP, cidade vizinha de São Carlos, onde fizemos nossas graduações. Wesdras, meu amigo, se interessou pelo tema e escrevemos um projeto, que foi aprovado, para realizarmos como seu trabalho de conclusão de curso um documentário sobre *visitas* na cidade de Itirapina.

os problemas que elas e seus *presos* enfrentavam naquela unidade ou no sistema como um todo.

Criamos uma página no Facebook para divulgar nosso projeto e arrecadar fundos para a realização do documentário, que pela inspiração no trabalho de Giane Silvestre (2011) inicialmente se chamava “Dia de visita”². Assumindo a posição de administradora do grupo, que levava o nome do projeto, acessei a caixa de mensagens da página. Lá eu notei que haviam várias mensagens de pessoas pedindo informações sobre qual era o “dia de visita” de unidades prisionais diversas, o que chamou minha atenção já que essa é uma das primeiras informações a saber para visitar alguém preso. Aprendi com as interlocutoras sobre como a prisão se movimentava constantemente, através não só da mudança constante de normativas, mas também pelas arbitrariedades nos procedimentos realizados para entrada na visitação. Tais mensagens me fizeram refletir sobre qual era a disponibilidade dessas informações-chave por parte da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) ou pelas próprias unidades.

Acessando não só o site da SAP, mas também nos sites de busca da internet, encontrei algumas informações sobre os procedimentos exigidos pela SAP. Entretanto, elas não davam conta das minúcias relatadas não só pelas minhas interlocutoras como também pelas situações descritas na bibliografia (SILVESTRE, 2011; FERRAZ DE LIMA, 2013). Busquei “dia de visita” no Facebook, e para além de outras coisas não relacionadas, encontrei postagens de páginas e grupos sobre o dia de visita de determinadas unidades. A partir dessas postagens, acessei e passei a acompanhar algumas páginas e grupos de Facebook abertos destinados à troca de informações ou de apoio a familiares e amigos de pessoas privadas de liberdade.

Os grupos online são espaços de fluxo por onde as mulheres que visitam nas unidades prisionais transitam. Cada grupo tem seu objetivo, como o acesso às senhas, as informações específicas de determinada unidade prisional, fazer amizades, trocar informações e experiências. Esses objetivos em comum unem mulheres que se encontram nos mais diversos municípios do estado e que estão sempre em trânsito pelas unidades prisionais. O compartilhamento online da experiência de *ser visita* ou de se relacionar com uma pessoa privada de liberdade não é um fenômeno recente, como demonstra Thais Duarte (2012), no seu trabalho sobre as comunidades no Orkut. Entretanto, a popularização dos aplicativos de comunicação instantânea expande as possibilidades de interação e organização entre essas mulheres, notável pela diversidade de objetivos a que servem os grupos. Parte essencial da experiência atual de *estar na caminhada*, ou seja, de fazer a manutenção da relação com o

² O nome foi posteriormente substituído por “Da grade pra cá” em consequência da quantidade considerável de trabalhos audiovisuais com o título “Dia de visita”.

familiar preso é acessar e acompanhar os diversos grupos onde as informações são trocadas e atualizadas.

A popularização dos aplicativos de mensagem instantânea no Brasil acontece concomitantemente à consolidação da expansão e interiorização do sistema penitenciário paulista e a adoção de uma dinâmica onde os *presos* são transferidos com frequência entre as inúmeras unidades prisionais do estado (GODOI, 2015). Nesses grupos podemos acompanhar não só a entrada de mulheres que nunca visitaram e buscam as primeiras informações sobre o que deve ser feito, mas também a formação e mobilização das redes de afeto que compõem a prisão (PADOVANI, 2015). O compartilhamento de conhecimentos e experiências acontece através de desabafos, medos e dúvidas que vão desde a compreensão das linguagens de processos burocráticos próprios da prisão à procura e indicação de contatos de *guias*³, advogados e outros serviços utilizados pelas *visitas*. Através desses espaços virtuais, descrevo e analiso o que é *estar na caminhada* e de que forma as mulheres avaliam as *caminhadas* umas das outras e como as mesmas se mantêm *na caminhada*. Tomo esta categoria êmica para descrever como as mulheres mobilizam os vasos comunicantes para transitar pelos fluxos penitenciários e fazerem a manutenção dos relacionamentos com seus *presos*. Para *estar na caminhada* é necessário adquirir e atualizar conhecimentos, trocar informações, compreender dinâmicas e gerenciar tempo e dinheiro.

A experiência compartilhada dessas mulheres não se dá apenas pelos efeitos de ter alguém família preso (MAUER; CHESNEY-LIND, 2002; BRAMAN, 2002; TRAVIS; WAUL, 2003; COMFORT, 2008), mas também por que está inserida em um contexto específico: o do sistema prisional do estado de São Paulo. O estado deixou de ter grandes complexos prisionais⁴ e passou a construir unidades menores espalhadas pelo interior do estado. Esse contexto possibilitou a criação de uma política de transferência constante de presos entre as unidades, às vezes solicitadas e/ou desejadas por significarem a progressão da pena ou o cumprimento de uma aproximação familiar, outras vezes realizadas como forma de punição (GODOI, 2015).

A construção de unidades menores foi uma resposta aos acontecimentos que mudaram a história do parque penitenciário paulista entre os anos 1992 e 2006. O massacre do Carandiru em 1992, o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) em 1993, a megarrebelião de 2001 e a megarrebelião de 2006 implicaram na mudança da dinâmica de

³ Mulheres responsáveis pela distribuição de senhas e organização das visitas em unidades *do Comando*. Sua posição e função será explicitada no capítulo 1.

⁴ Outros estados têm grandes complexos prisionais, como é o caso do Rio de Janeiro.

punição no estado. O primeiro fato ocorreu na Casa de Detenção de São Paulo, conhecida como Carandiru, em 2 de outubro de 1992. Essa prisão, que teve sua construção iniciada em 1920 e foi constantemente expandida sob a justificativa de dar conta da crescente população prisional, se localizava no centro de São Paulo e chegou a abrigar quase 8 mil pessoas (BIONDI, 2009). Os dias de visita no Carandiru reuniam milhares de pessoas todos os finais de semana no mesmo lugar.

O massacre do Carandiru marcou um momento de graves violações aos direitos humanos nas unidades e carceragens do estado. Sob a justificativa de conter uma briga entre presos primários no pavilhão 9, a polícia invadiu a Casa de Detenção e executou ao menos 111 presos. Esse fato se tornou simbólico⁵ para alguns presos que, em 1993, na Casa de Custódia de Taubaté fundaram o Primeiro Comando da Capital. Nessa unidade, apelidada de *Piranhão* e considerada na época uma das mais rígidas unidades prisionais do país, um grupo de presos firmou um pacto de reação coletiva como forma de buscar se proteger da possibilidade de serem espancados pelos agentes penitenciários⁶. Esse receio se dava devido à um assassinato cometido por eles durante uma briga ocorrida em um jogo de futebol que acontecia entre presos do interior e da capital. O acordo era de que se um deles fosse *oprimido* pelos funcionários, todos os outros reagiriam. (BARROS, 2006). Assim nasceu o Primeiro Comando da Capital, o PCC, também conhecido como *Comando*, *Partido*, *Treze* ou *Família*.

As relações violentas entre funcionários e presos e entre os próprios presos, favoreceram a expansão desse pacto. Logo um estatuto foi escrito, defendendo a união dos presos não só em relação às violências do sistema penitenciário, mas também às violências praticadas entre os próprios presos. A noção, importante para o *Comando*, de união a partir de um sofrimento comum (GRIMBERG, 2009) foi entendido como pré-requisito para que fosse possível reivindicar um tratamento digno ao Estado (BIONDI, 2009). A repercussão internacional do que havia acontecido no Carandiru⁷ e o entendimento do massacre como consequência da superlotação do sistema penitenciário, levaram o governo federal a direcionar verbas para a construção de novas unidades penais no estado. O governo negava a existência do PCC enquanto colocava em prática um processo de expansão e interiorização do parque penitenciário. O impulso final para esse processo foi a megarrebelião de 2001, quando

⁵ Segundo Biondi (2009) a relação entre o Massacre do Carandiru e o nascimento do PCC é narrada pelos próprios presos em um *salve* (comunicado) enviado para todas as unidades do estado em 2006 e por Marcola em seu depoimento à CPI do Tráfico de Armas.

⁶ Os espancamentos eram punições muito comuns aplicadas pelos agentes penitenciários aos presos.

⁷

<https://memorialdademocracia.com.br/card/o-vergonhoso-massacre-do-carandiru#:~:text=O%20chamado%20M%20assacre%20do%20Carandiru,lugar%20ao%20Parque%20da%20Juventude>.

ao todo 29 unidades entraram em rebelião simultaneamente e seu “ponto de partida” era o Carandiru⁸ (MARQUES; MACHADO, 1993).

Com faixas que apresentavam a facção e suas reivindicações às câmeras dos jornalistas⁹, os presos se mobilizaram em grande parte do estado, mas principalmente no coração da cidade de São Paulo. Desde o massacre, o governo estadual adiou a desativação do Carandiru sob a justificativa de superlotação, mas a mega rebelião fez com que as prioridades fossem revistas e no ano seguinte parte significativa da unidade foi desativada e implodida¹⁰. Uma nova dinâmica se estabeleceu no parque penitenciário paulista: os Centros de Detenção Provisória, considerados a “entrada” no sistema prisional, ficaram concentrados na região metropolitana de São Paulo e em cidades médias do interior paulista, enquanto as penitenciárias, unidades de cumprimento de pena, foram distribuídas nas cidades menores do interior (GODOI, 2015).

Com uma política focada na construção de unidades menores, possibilitando maior controle sobre a população e acontecimentos de cada unidade, a população prisional paulista foi redistribuída pelo estado. Com um grande número de unidades prisionais, o estado de São Paulo adotou também uma prática de transferências constantes de presos e conseqüentemente de suas *visitas* (BIONDI, 20019; GODOI, 2015). O efeito prático dessa política na vida das *visitas* é a criação de um estado de incerteza e uma necessidade constante de atualização sobre os protocolos exigidos para visitar, já que estes se alteram ao longo do tempo e variam de unidade para unidade. Além disso, as transferências realizadas não são notificadas aos familiares e fazem com que muitas vezes as mulheres descubram que o *preso* foi transferido para outra cidade ao apresentarem seus documentos na porta da prisão.

O desconhecimento da transferência prejudica toda a organização necessária e realizada por essas mulheres para o dia de visita, desperdiça o dinheiro e o tempo gastos tanto na produção do *jumbo*¹¹ como na viagem entre a cidade de origem e a unidade prisional¹². Muitas mulheres têm filhos, do companheiro a quem visitam ou não, e precisam deixar as

8

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fohla/cotidiano/ult95u46349.shtml>

⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1705200408.htm>

¹⁰

<https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/implosao-do-carandiru-marca-uma-nova-era-no-sistema-prisional-de-sa-o-paulo/>

¹¹ Sacola transparente onde são acomodados todos os itens permitidos nos dias de visita. Cigarros, potes transparentes recheados de comida, doces, refrigerantes e outros itens estabelecidos pelas unidades compõem o *jumbo*, que terá sua centralidade descrita no primeiro capítulo dessa dissertação.

¹² Rafael Godoi (2015) fala sobre como a falta de infraestrutura pública para a visitação criou uma economia local própria da visitação penitenciária, focada em um mercado hoteleiro e de transporte privado.

crianças com alguém responsável para que possam viajar. A transferência desavisada não só põe fim a toda a expectativa criada pelas mulheres em relação ao dia de visita, mas também provoca uma reorganização burocrática que causa a interrupção temporária da visitação. Quando ela acontece é necessário que a família entre em contato com a unidade onde o *preso* se encontrava a fim de descobrir para onde foi transferido. Sabendo para onde o *preso* foi, é preciso esperar que o período de 15 dias no *pote* termine¹³, para que a documentação seja enviada e uma nova carteirinha de visitação possa ser confeccionada pela administração.

Assim, para chegar até a unidade penal é preciso atravessar e lidar com burocracias, incertezas, mutabilidades e falta de informação por parte do Estado, além do estigma social e o custo financeiro de prover e se relacionar com uma pessoa privada de liberdade (SILVESTRE, 2011; FERRAZ DE LIMA, 2013; GODOI, 2015; LAGO, 2019). Para lidar com essa situação, as mulheres criam diversos grupos nas redes sociais para compartilhar informações sobre o processo de visitação, como listas de *jumbo* e *sedex*, notícias sobre o sistema penitenciário, propagandas sobre venda de *jumbos*, de hospedagem e de viagens para as unidades penais do interior do estado. Além dessas informações, essenciais para a realização da visitação, as mulheres também acessam e criam redes de afeto, onde fazem desabafos, denúncias, declarações e discutem experiências relacionadas à vivência enquanto *visitadas* (DE OLIVEIRA, 2022).

O trânsito das mulheres pela prisão e suas normatividades produz identidades e moralidades, que são constantemente reafirmadas em suas relações, tanto nas viagens, hospedagens e filas (FERRAZ DE LIMA, 2013; LAGO, 2019) quanto nas redes sociais (DUARTE, 2012; DE OLIVEIRA, 2022). Através da produção e compartilhamento de conteúdo relacionados à prisão e as experiências produzidas por ela, em seus perfis, mas também em conversas rotineiras travadas nos grupos online, essas mulheres buscam sempre reafirmar e se localizar em relação às identidades femininas produzidas pela prisão. Dessa forma, esses grupos se constituem não só como “um lugar de pertencimento e de troca de experiências” (KOZINETS, 2014) mas também de tensões e disputas.

Chegando ao tema

¹³ Sempre que os presos são transferidos de unidade eles devem ficar 15 dias separados do convívio com os outros presos em um período de “adaptação”. Até que esse momento acabe não é possível enviar *jumbo* ou *sedex* e nem receber visitas.

Alguns meses depois, com as idas à Itirapina para a realização do documentário, tive um contato mais próximo com a complexidade do ambiente prisional por meio de conversas com as mulheres que aguardavam na fila para o dia de visita. Nos primeiros encontros, muitas delas presumiam que eu fosse advogada ou assistente social, o que fazia com que se sentissem à vontade para relatar situações de humilhação e dificuldades vivenciadas tanto por elas quanto por seus familiares privados de liberdade. Sentada em um banco de madeira ao longo das madrugadas ou em pé na fila vendo o dia amanhecer, pude acompanhar as mulheres se arrumando, ajeitando seus *jumbos* ou simplesmente conversando até que o amanhecer anunciasse o momento da fila. Em conversas que às vezes duravam uma madrugada ou apenas meia hora até que a fila começasse a andar, diversas mulheres compartilharam suas experiências não somente enquanto visitantes, mas como mães, tias e esposas.

Elas falavam sobre a relação complicada com a família, que não acreditava que o *preso* deveria receber *visita* e das dificuldades financeiras, que muitas vezes já existiam antes mesmo da prisão do familiar. Mas foi quando encontramos pessoas dispostas a participar do documentário que os desafios presentes nas constantes mudanças de protocolos, transferências inesperadas dos *presos*, a ansiedade e os esforços necessários para manter a continuidade das visitas ficaram palpáveis. A divulgação do documentário através da nossa página no Facebook fez com que diversas pessoas começassem a enviar mensagens questionando sobre os dias de visita em diferentes unidades prisionais do estado. Ciente do volume de informações que as mulheres organizavam para viabilizar as visitas, a simplicidade dessa pergunta despertou meu interesse. Ao pesquisar o nome do documentário na ferramenta de busca da plataforma, passei a seguir páginas e ingressar em grupos públicos administrados por familiares de pessoas privadas de liberdade. Assim, além de acompanhar as principais notícias sobre o sistema penitenciário, tanto em âmbito nacional quanto estadual, pude também acompanhar as discussões rotineiras que aconteciam nessas comunidades.

Pouco tempo depois, em março de 2020, a pandemia foi decretada e as visitas presenciais aos presídios foram suspensas, gerando revolta entre os familiares. Acompanhando os grupos e páginas, foi possível perceber a indignação das mulheres diante da decisão. Para substituir as visitas presenciais, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) implementou as visitas virtuais, que exigiam agendamento prévio pelo site e eram realizadas por meio de chamadas de vídeo em horários determinados. Essa mudança trouxe muitas preocupações, principalmente porque as famílias já temiam pelo estado de saúde de seus parentes, que estavam em um ambiente insalubre e sem atendimento médico adequado em meio à pandemia. Nos grupos, surgiram diversas publicações e comentários onde as

mulheres relatavam problemas de conexão, tempo insuficiente da visita e a falta de privacidade, já que um agente penitenciário ficava posicionado atrás do preso durante a chamada. Diante dessas condições, algumas mulheres decidiram boicotar as visitas virtuais como forma de protesto. Elas temiam que a SAP usasse a adesão ao novo formato como justificativa para não retomar as visitas presenciais após o fim da pandemia, dificultando ainda mais o contato com seus familiares.

Em julho de 2021, a Secretaria da Administração Penitenciária autorizou o retorno gradual e controlado das visitas presenciais às unidades prisionais, permitindo que as mulheres voltassem a visitar seus familiares, ainda que sob determinadas medidas sanitárias. Poucos meses após essa retomada, as *cunhadas* viralizaram produzindo conteúdos de humor e relatos sobre suas rotinas nas plataformas TikTok e Reels. Utilizando hashtags como *#mulherdepreso*, *#cunhadas* e *#soltaopresosejuiz*, essas mulheres passaram a ocupar um espaço significativo nas redes sociais, atraindo milhares de pessoas interessadas em acompanhar parte de suas vivências. Entre os conteúdos mais populares, destacam-se vídeos em que elas cozinham e organizam as refeições para a visita, bem como aqueles em que mostram os *looks* escolhidos para encontrar seus *presos*. Além dessas postagens preparatórias, elas também passaram a produzir vídeos humorísticos sobre suas experiências, abordando situações vividas tanto no cotidiano das visitas quanto na relação com seus companheiros. As gravações feitas durante as viagens para a prisão e a rotina de visita se tornaram um espaço de expressão, em que frases de efeito e músicas são utilizadas para compartilhar a experiência de *estar na caminhada*.

A experiência proporcionada pelo documentário gerou um impacto inesperado em minha vida social. Com a sua divulgação nas redes sociais, tanto o documentário quanto meu tema de pesquisa passaram a ser recorrentes em diversas conversas, abrangendo diferentes contextos e perfis de interlocutores. Amigos frequentemente me apresentavam a outras pessoas mencionando o documentário, o que imediatamente introduzia a temática da prisão e resultava no compartilhamento de uma ampla variedade de informações. Seja em encontros informais, redes sociais, reuniões em casa de amigos, almoços em família, viagens de ônibus ou até mesmo em momentos de lazer, como em uma mesa de bar, as pessoas espontaneamente compartilhavam relatos sobre familiares e amigos que passaram pelo sistema prisional, bem como experiências pessoais relacionadas à prisão. Paralelamente, esse tema também começou a ocupar um espaço significativo em minhas redes sociais. Progressivamente, passei a seguir

páginas no Facebook e perfis no Instagram administrados por visitas, além de organizações de direitos humanos e pesquisadores da área. Assim, nesses dois anos acompanhando a prisão, de formas diferentes, pude acompanhar também seu movimento. Esse movimento acontece nos eventos extraordinários, como as mudanças permanentes ou temporárias trazidas pela pandemia, mas também no cotidiano com alterações pontuais. Mas mais do que apenas se constituir desses movimentos, a prisão também coloca muita gente em movimento. Dessa forma, a prisão tornou-se uma presença constante em meu cotidiano, e passei a acompanhar mais de perto suas dinâmicas, transformações e movimentos.

Percurso metodológico

A primeira coisa que tivemos que lidar, enquanto equipe, na ocasião do documentário foi a desconfiança das mulheres quando chegamos ao bar em frente à penitenciária onde elas se reuniram. Chegar junto delas, em plena madrugada, utilizando roupas e objetos não permitidos pela SAP não só nos colocava em evidência como também causava certo desconforto e desconfiança. Ainda sim uma senhora gentilmente me perguntou quem eu estava indo visitar. Respondi que não estava ali para visitar, mas que estava buscando pessoas dispostas a conversar sobre a experiência de visitar alguém na prisão. Ela, e várias outras senhoras, foram muito receptivas e nos contaram suas histórias de vida e por quem estavam ali. Apesar da gentileza das mulheres mais velhas, era perceptível como a nossa presença tensionava o clima do ambiente, em especial nas madrugadas em que a *guia de porta* era a que havia autorizado nossa presença no lugar mas que havia deixado claro a sua desconfiança em relação ao que retrataríamos sobre elas. “*Nós não confiamos na mídia*” ela me disse.

Mas essa não era a única tensão do ambiente. As filas que se formam todos os finais de semana na frente das unidades prisionais paulistas são um ambiente de constante tensão, um “terreno minado” (LAGO, 2019). Nos amanheceres que passei conversando com mulheres que guardavam seu lugar na fila ouvi muitas histórias de mulheres que se deram mal ao confiar seu *jumbo* a outras pessoas. Embora a orientação seja sempre de que as visitantes respeitem umas as outras, elas também são orientadas a não confiar e nem esperar respeito das demais. A desconfiança na fila se dá principalmente em relação a atitudes que possam colocar a segurança daquela que ajuda em risco: não se deve guardar objetos para outras pessoas, descuidar do próprio *jumbo*, fazer favores ou guardar lugar na fila. Essas situações abrem brechas para pessoas mal intencionadas que possam furtar ou utilizar os pertences da mulher

que ajuda para tentar enviar itens proibidos para dentro da prisão sem que a mesma saiba (BIONDI, 2009). Essa tensão se estende também para o campo das identidades e moralidades produzidas nas e pelas prisões paulistas. As *visitas* não são um grupo homogêneo e as identidades produzidas através da prisão são múltiplas. Assim, *guerreiras* e *mulheres fieis*, habitam ou transitam por lugares onde também se encontram *amantes*, *talaricas* e *coisas*, o que faz com que elas olhem sempre com desconfiança para as mulheres recém-chegadas ou desconhecidas no meio prisional (LAGO, 2019).

Essas experiências e informações prévias fizeram com que eu me preocupasse com a entrada em campo online: considerando que a minha entrada em campo não aconteceria através do meu corpo físico mas sim através de um perfil online, eu me preocupei em como o utilizá-lo para criar confiança ou de como diminuir a desconfiança. Eu deveria construir um novo perfil, um “profissional” e que me localize enquanto pesquisadora ou deveria utilizar o meu perfil pessoal antigo? No trabalho realizado por Ana Padilha Luciano de Oliveira (2022), a autora construiu um perfil “do zero” para que o algoritmo fosse direcionado aos conteúdos que buscava: os grupos e páginas de mulheres que visitam no sistema penitenciário. Dessa forma, com um perfil “limpo” de influências anteriores em seu algoritmo, a autora descreve como acessar alguns grupos e seguir páginas fez com que seu *feed* constasse apenas conteúdos de páginas e grupos relacionados ao tema de sua pesquisa. Essa técnica foi escolhida pela autora pois seu trabalho visou tratar das *guerreiras* como comunidade online, versando sobre seus aspectos, identidade e cultura online. Importante ressaltar que seus dados foram extraídos dos posts e comentários realizados pelas membras dos grupos e que o contato direto com as mulheres, como entrevistas, não fizeram parte de sua metodologia.

Seguindo outro caminho, essa pesquisa não se voltou a comunidades ou culturas virtuais, mas se preocupa em como essas comunidades online (KOZINETS, 2014) se tornaram parte essencial de *estar na caminhada* por alguém que esteja privado nas prisões do estado de São Paulo. Para isso observei grupos de Facebook, acessei e acompanhei um grupo de Whatsapp e entrevistei a administradora de um grupo do Facebook. A proposta de realizar entrevistas, diferente da técnica de transcrição de posts, me colocou em contato direto com as mulheres. O contato online de uma pessoa desconhecida poderia gerar desconfiança, já que além das tensões já relatadas, a relação dos *familiares de presos* e a comunidade externa na internet são atravessadas por tensões e violências. Como demonstra De Oliveira (2022) analisando o caso de uma visitante que foi assassinada pelo seu companheiro, o estigma em relação às pessoas que se relacionam com pessoas privadas de liberdade também acontece através de comentários violentos em publicações nas redes sociais. Não é incomum reações de

risos¹⁴ a posts e comentários contendo relatos de sofrimento da vida das visitantes e de denúncias ou desabaços sobre violências dentro do sistema prisional, como também comentários atacando os membros desses grupos.

Pensei ser essa dinâmica a responsável por praticamente todos os grupos serem privados, ou seja, necessitar de autorização da administradora do grupo para fazer parte da comunidade. Com um texto que aparece na tela assim que se solicita a entrada no grupo, elas anunciam a necessidade de identificação através de nome, o número da matrícula do *preso* e a unidade onde o mesmo se encontra privado. Para fazer esse contato, utilizei meu perfil pessoal do Facebook, elaborando um texto me apresentando e falando dos meus interesses de pesquisa. Realizei essa escolha pensando que o estabelecimento de contato através de um perfil criado recentemente, com muitos (ou poucos) posts recentes e poucos amigos poderia facilmente passar a impressão de ser um perfil “fake”.

Tinha receio de que um novo perfil criasse desconfiança nas administradoras e membras, dificultando o contato. Por isso optei pelo uso do meu perfil pessoal, que por ser um perfil antigo, conta com um número considerável de amigos, algumas fotos pessoais e algumas referências sobre a minha pessoa. A construção dessa relação de confiança pode ter como base algo como uma “troca de exposição” inspirada na realizada por Miskolci (2013) em seu trabalho realizado em plataformas online sobre relações homoeróticas masculinas. Nesse contexto, onde seus interlocutores se apresentavam sempre de forma anônima utilizando *nicknames* ou nomes falsos. Para estabelecer uma relação de maior proximidade, o autor teve que mediar uma certa exposição de si para que seus interlocutores criassem algum tipo de confiança e fosse possível avançar em direção a uma relação interlocutor - pesquisador mais próxima, rendendo entrevistas mais profundas.

Partindo dessas reflexões, utilizei meu perfil pessoal para buscar as palavras-chave “Dia de visita” no Facebook e encontrei a página “Amor atrás das grades”, passando a acessá-la com frequência. Interagindo com a página, curtindo ou salvando posts, o algoritmo passou a me recomendar grupos e páginas relacionadas, as quais passei a enviar solicitações, que eram seguidas de avisos sobre a necessidade de identificação para se tornar um membro da comunidade. Essa identificação ocorria através de uma sequência de perguntas que deveriam ser respondidas, com informações que buscavam primeiro de tudo identificar o *preso* a quem se referia, como número de matrícula e unidade/raio. Como eu não tinha as

¹⁴ A plataforma do Facebook disponibiliza a possibilidade de “reagir” a posts e comentários com reações predefinidas que expressam emoções, como raiva, riso, choro e amar. Essa dinâmica se dá através de um botão onde o usuário seleciona emojis que representam essas emoções e que aparecem como reações aos posts e comentários realizados na rede.

informações solicitadas, pois não tinha um *preso* a mobilizar, elaborei um texto onde me identificava e me apresentava. Entretanto, como as informações solicitadas eram muito objetivas, o número de caracteres disponíveis para a resposta era bem restrito. Então reduzi o meu texto o máximo possível e enviei a todos os grupos a seguinte mensagem:

“olá, sou pesquisadora da Ufscar e gostaria de autorização para acessar o grupo :) minha pesquisa é sobre a importância dos grupos de facebook para os familiares conseguirem visitar os presos, já que o Estado dificulta o acesso a informações.”

Enviei solicitação para treze grupos, sendo dois deles destinados para “entes queridos de pessoas presas” ou para “*guerreiras* com entes queridos presos”. Os outros grupos eram direcionados às *cunhadas* e as *guerreiras* de unidades prisionais específicas do estado de São Paulo. Alguns grupos se referiam a mais de uma unidade, localizadas na mesma cidade. Com exceção de um deles, todos os grupos exigiam identificação. Dos treze grupos que mandei solicitação de acesso, fui aceita em nove. Em dois desses grupos, ao ser aceita, fui marcada numa postagem de boas vindas: a administradora do grupo citava as novas membras nominalmente e incentivava as mulheres a dar as boas vindas às novas integrantes.

Fernanda, administradora de um grupo de visitantes na região 018¹⁵, me enviou uma mensagem privada no Facebook se apresentando. Além de *visita* e administradora do grupo, ela também é advogada atuante em Execução Penal¹⁶. Na mensagem ela me dizia que havia aprovado a minha solicitação para entrar no grupo e que, notando que eu havia informado que estava fazendo uma pesquisa, se colocava à disposição Fernando então me passou seu número de telefone para que eu entrasse em contato caso precisasse de algo. Agradei por ter me aceito no grupo, disse que fazia mestrado em sociologia na UFSCar e que tinha interesse em conversar para saber sobre como os grupos de Facebook funcionavam. Agradei a disposição e perguntei se ela tinha disponibilidade para uma conversa. Ela me respondeu que estava disponível e que eu poderia chamá-la quando quisesse, inclusive pelo Whatsapp.

Mandei mensagem para Fernanda no dia seguinte, dizendo que ela havia me passado seu número para conversarmos sobre a pesquisa e o grupo das *visitas*. Alguns dias passaram e ela não me respondeu. Voltei a nossa conversa do Facebook e disse que havia lhe enviado

¹⁵ Diferente da SAP, que localiza as unidades prisionais por coordenadorias, o DDD é a forma utilizada tanto pelos presos como pelos seus familiares para localizar pessoas e unidades no meio prisional.

¹⁶ Segundo informações divulgadas em um *story* de seu Whatsapp, suas especialidades são “cálculo de penas, progressão de regimes, livramento condicional, remição por trabalho e estudo, solicitação de documentos, revisão criminal, recursos, habeas corpus e defesa em sindicância”. Todos esses serviços são utilizados e frequentemente solicitados pelas mulheres que *estão na caminhada*.

uma mensagem no Whatsapp. Nossa conversa migrou então para a outra rede social. O plano era ter uma conversa inicial e depois perguntar sobre a possibilidade de uma entrevista. Entretanto, não fazia ideia de como iniciar uma conversa para além do “como vai você?”. Nesse momento, eu refletia sobre como poderia utilizar os grupos no Facebook para compreender como as redes sociais eram mobilizadas pelas mulheres para se manter *na caminhada*. Lembrei de um post que havia visto numa página endereçada a pessoas que amavam alguém que estava encarcerado, onde uma pessoa havia perguntado anonimamente sobre o que as outras mulheres fariam caso seus companheiros fossem transferidos para uma *cadeia de oposição*¹⁷. Um debate se deu nos 97 comentários que o post recebeu, com as mulheres argumentando sobre suas visões e vivências sobre essa situação em específico. Essa lembrança me fez pensar que fazer um post nos grupos de Facebook perguntando sobre algumas questões que me interessavam poderia fomentar um debate interessante nos comentários.

Utilizei essa ideia como uma forma de puxar assunto com Fernanda. Disse a ela que gostaria de interagir com as *meninas* do grupo, mas que antes pensei em tirar algumas dúvidas com ela. Ela me perguntou o que eu precisaria saber e eu respondi que tinha interesse em saber, por exemplo, sobre o momento em que elas decidiram que iriam visitar e o que elas buscavam no(s) grupo(s) do Facebook. Expliquei minha ideia de fazer uma postagem e ela me explicou que atualmente os grupos no Facebook “infelizmente são mais para quem tenta descobrir o número das pessoas e ficar dando golpe pelo Whatsapp, se passando pelo preso e pedindo pix” e que “os grupos mais certos para orientação de visitas são os grupos de Whatsapp”. Neles, cada unidade prisional tem seu respectivo grupo e geralmente cada Raio ou Pavilhão da unidade tem seus subgrupos”. Me disse, então, para ficar à vontade e que ela me autorizava a fazer perguntas e enquetes no grupo do Facebook.

Nesse mesmo período, consegui acessar um grupo de Whatsapp “geral”, criado pela administradora de um dos grupos que ingressei. Conversei com a administradora e me apresentei enquanto pesquisadora da UFSCar, falei das minhas intenções de pesquisa e pedi autorização para estar no grupo. Além disso, perguntei se era possível que eu fizesse registros das conversas, sem registrar informações que pudessem identificar as mulheres como nomes, números, nome de cidades e de unidades prisionais. Ela autorizou tanto que eu permanecesse no grupo quanto que fizesse registros das conversas. Além disso, se ofereceu caso eu precisasse de alguma ajuda para interagir no grupo ou tivesse alguma dúvida. Com a

¹⁷ Cadeia de oposição é uma forma de se referir às unidades prisionais que não operam sob a ética do Primeiro Comando da Capital.

autorização eu me apresentei ao grupo, falei sobre minha pesquisa e pedi autorização das membras para que eu pudesse registrar as conversas, ressaltando a omissão de dados que pudessem identificar as pessoas através dos registros. As mulheres autorizaram minha presença, meus registros e reafirmaram que estavam apoiando minha pesquisa. Assim, nenhum número de telefone, nome de unidades prisionais ou de pessoas foi registrado e suas apresentações no texto acontecem de forma anonimizada. Os nomes utilizados nos diálogos foram escolhidos através de uma lista gerada por inteligência artificial com os nomes mais comuns no Brasil.

*Aqui óh, acaba o amor das emocionadas, só fica quem ama,
Não adianta que essa é a verdade!
Que ela vem de longe, de tão longe, só pra me ver
No lugar onde acaba o amor da emocionadas
Só fica quem ama, logo logo eu volto pra casa,
A gente vai andar de mão dada e realizar todos os nossos sonhos
E aqui dentro não entra salve, só entra o jumbo e a cunhada que é minha guerreira
Juro minha preta eu te amo tanto, pra sempre cê vai ser minha companheira
Então canta, liberdade canta!
Óh promotor cadê o nosso alvará?
E natalzão a lili vai cantar!
Eu não te abandono não, logo chego no fundão pra te abraçar
Poder te falar o tanto que eu te amo
Mais uma vez eu aqui, mó saudade de você
Logo canta a lili, solta o preso seu juiz!
Qualquer dia essa saudade me mata
E você tá ligado que eu não te largo por nada
Só fica quem ama, não é lugar de emocionada
Só mulher guerreira um forte abraço pras cunhada
Então canta, liberdade canta
Oh promotor, cadê o nosso alvará?
E natalzão a lili vai cantar!*

(...)

*É que eu só tenho dois minutos nessa ligação
E hoje a noite vai cantar logo um bondão
Vão me mandar de bonde e eu nem sei pra onde
Preta, avisa minha veinha
Fala pra ela ficar calma que eu já to chegando
Profetizo que não vai mais passar desse ano
Os dias tão abreviando porque eu arrumei um trampo
Cuida da nossa filhinha
Deus me deu uma segunda chance, prometo que dessa vez eu vou fazer direito
E a vida que eu vivia antes, abandonei
Vou jogar no mar de esquecimento*

*Mais uma noite chega sem você aqui
Difícil esses dias eu não consigo dormir
Uma muralha nos separa, mas o meu amor não falha
Sou sua guerreira independente das parada
5 dias canta a lili
Já separei as coisas, sua mãe também vai ir*

*Domingo tô chegando pra matar essa saudade
Porque no sofrimento só fica os de verdade
Eu te avisei tanto sai logo dessa vida
Mas você não ouviu e caiu na armadilha
Final de ano vai ter ceia em família
Eu peço a papai do céu abençoar
Pode ser longa mas não é perpétua essa tua falta
Um dia te levo embora, distância vai ser só do quarto pra sala*

[Set Só fica quem ama - MC Diouro, Cristal GC, Ghaell, Dentinho GC e Carol ZN]

CAPÍTULO 1 - Estar na caminhada

Todos os finais de semana mulheres saem de suas cidades e através de ônibus, carros, vans fretadas ou caronas se locomovem até os portões de uma das 180 unidades prisionais em funcionamento no estado de São Paulo. Sendo em sua maioria mulheres, esposas, namoradas, mães, avós ou filhas e frequentemente acompanhadas de crianças ou adolescentes¹⁸, elas viajam carregando consigo comidas e cigarros mas também informações, notícias e afetos. É preciso um planejamento para chegar ali: além do cadastro no *rol* atualizado e de cumprir as exigências da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) em relação às roupas e comidas que podem entrar na unidade, elas precisam se organizar financeiramente e familiarmente. Na posição de “gestoras da casa”, as mulheres muitas vezes sustentam não só a família mas também seus familiares privados de liberdade, o que envolve um planejamento financeiro que contemple as viagens (ônibus, estadia e alimentação) e a confecção do *jumbo*, com a compra de alimentos, cigarros, itens de limpeza e roupas. Responsáveis, em sua maioria, pelo cuidado das crianças e dos idosos, elas buscam nas suas redes de apoio pessoas que possam exercer essa posição de cuidado na sua ausência e não é raro o caso de mulheres que deixaram de visitar por não encontrar alguém que pudesse a substituir.

Quando chegam na unidade, elas se deparam com uma organização já estabelecida e que acontece independente da SAP ou da direção da unidade. Duas filas se formam no portão de acesso da unidade, a *normal* e a *preferencial*, que no critério estabelecido entre elas abarca pessoas idosas acima de determinada idade, mulheres grávidas (com laudo médico para os primeiros meses) e pessoas com deficiência/limitação motora (BIONDI, 2009; DE LIMA, 2013; LAGO 2019; DEMARI, 2022). Como no estado de São Paulo o PCC tem uma presença homogênea no parque penitenciário, em todas as unidades *do Comando*¹⁹ a distribuição das senhas e organização das filas ficam sob responsabilidade das *guias*, posição ocupada por mulheres que se relacionam amorosamente com homens batizados no *Partido*, as *cunhadas*. Essas mulheres são responsáveis pela organização do dia de visita, distribuindo senhas,

¹⁸ A Secretaria de Administração Penitenciária não fornece dados sobre o número de visitantes e seu perfil, entretanto, Rafael Godoi (2015) em sua pesquisa realizada em algumas unidades prisionais do interior do estado conseguiu acesso ao número de visitantes cadastrados, por sexo e faixa etária: em 2013, dos 402.697 visitantes cadastrados, 260.202 são mulheres adultas, 16.904 são adolescentes de ambos os sexos e 53.284 são crianças menores de 12 anos.

¹⁹ Nas poucas unidades *de oposição*, como são chamadas unidades de *seguro* onde cumprem penas presos de outras facções ou que tenham cometido crimes não aceitos pelo PCC (como crimes sexuais), a figura da *guia* não existe. Ainda sim, nessas unidades a fila organizada no dia de visita é organizada pelos próprios visitantes e não pela administração da unidade.

organizando ônibus de excursão e tirando dúvidas, trabalho esse que faz com que adquiram conhecimentos sobre a prisão e seu funcionamento (DE LIMA, 2013).

O período de visitação nas unidades paulistas começa às 8h da manhã e termina pontualmente às 16h, o que não significa, entretanto, que todas as visitas entram na unidade às 8h. O procedimento de revista realizado nos corpos e nas comidas levadas pelas mulheres podem demorar, ainda mais, caso haja alguma desconfiança ou algum problema nos aparelhos de raio-x e body scanner utilizados para tal tarefa. Acontecimentos esses que fazem a fila parar, o que causa agitação nas mulheres, já que cada minuto a mais gasto na fila é um minuto a menos com o *preso*, que as esperam no pátio do lado de dentro da unidade. Por isso, a maioria das mulheres constroem estratégias para pegar uma *senha baixa*²⁰ e passar menos tempo na fila. A preocupação de pegar uma *senha baixa* é uma entre as várias formas pelas quais as mulheres buscam demonstrar que *estão na caminhada*: as mulheres *fecham na caminhada* com o *preso* quando realizam sua primeira visita, expressando o laço no evento-prisão (DE LIMA, 2013), momento que implica também uma “instrução” da *visita* pelo seu *preso*, responsável por deixá-la ciente de como deve se comportar na prisão (BIONDI, 2009). *Fechar uma caminhada* significa, então, se movimentar pela prisão por alguém com quem se escolhe acompanhar a pena. Assim, levar comida, enviar *sedex*, escrever e responder cartas, ligações e recados, acompanhar o processo, buscar advogados e outras coisas é “estar no *pedal*, no *corre*, pedalando, *correndo* junto. Caminhar junto é ser os pedais uns dos outros” (PADOVANI, 2019, p.77).

A forma pela qual as mulheres utilizam os vasos comunicantes (GODOI, 2015) da prisão para fazer a manutenção dos seus relacionamentos com os *presos* é constantemente avaliado entre elas, como a frequência na visitação (que acontece todos os finais de semana), o peso do *jumbo* (ou a sua ausência) e a preocupação em retirar uma *senha baixa*. Esses movimentos são observados pelas outras mulheres e utilizados para avaliar a *caminhada* umas das outras. As *caminhadas* das mulheres são diversas, podem durar alguns meses ou muitos anos, assim como podem ser abandonadas, o que é um medo recorrente entre os *presos*. A demora na resposta de uma carta/email ou a diminuição na frequência da visitação são acontecimentos que causam ansiedade em quem está privado de liberdade, pensando ter sido *abandonado na caminhada*. Assim, *fechar na caminhada* é “ligar-se a uma dimensão de

²⁰ Explicarei as dinâmicas de distribuição de senhas no capítulo 2.

tempo, para além dessa conexão com o apenado diante da situação penal, que, aliás, não se relaciona com o motivo da prisão e sim com a condição do cárcere” (DE LIMA, 2013).

Esse caminho, entretanto, não é livre de tensões. Entre esse grupo tão heterogêneo de mulheres, existem as mães, as irmãs, as *fiéis*, as *talaricas*, amantes e as *coisas*. As *fiéis* são as mulheres que são publicamente reconhecidas como a “mulher do preso”, reconhecimento garantido pelo nome inscrito no *rol* do *preso*. Mulheres que visitam *presos* mas entram na unidade pelo *rol* de um outro *preso* podem ser acusadas de serem amantes. *Talaricas* e amantes é como são chamadas as mulheres que têm intenções e/ou que se relacionam com homens comprometidos, ou seja, que colocam em risco as relações amorosas das *fiéis* com seus *presos*. O perigo da amante reforça, principalmente, a preocupação das mulheres em estar presente nas visitas aos finais de semana, mas também de estarem sempre em contato com seus *presos*.

Amantes e *talaricas* circulam pela prisão e são motivo de preocupação das esposas e namoradas, fazendo com que olhem com desconfiança as mulheres que chegam até saberem de sua *caminhada* (FERRAZ DE LIMA, 2013; LAGO, 2019). Como a relação da mulher com o *preso* a posiciona em relação às outras mulheres, a posição do *preso* nas dinâmicas criminais também a localiza em relação às outras mulheres. Ferraz de Lima (2013) retrata um caso que demonstra não só as relações entre as mulheres que visitam em *cadeias do Comando* e *cadeias de oposição*, mas também de como a posição do *preso* no sistema se estende à sua visita. Segundo a autora, que realizou sua pesquisa junto das *cunhadas*, as mulheres casadas com os homens batizados no *Comando*, ela acompanhava a *guia* quando uma mulher desconhecida se aproximou e pediu carona afirmando que a sua excursão havia esquecido para trás. Depois de chegar a uma decisão juntamente com todas as mulheres do ônibus, a *guia* permitiu e a mulher viajou em pé no fundo do ônibus.

A mulher conversava animadamente com as outras mulheres até ser questionada por uma *cunhada* que afirmava que a mulher estava mentindo sobre qual bairro morava, pois as duas moravam na mesma *quebrada*. Tal acusação se seguiu à informação de que a mulher visitava o marido em *cadeia desfavorável*, o que significava que ele era considerado *coisa*. Automaticamente um grande caos se instaurou dentro do ônibus: a mulher foi empurrada até a saída enquanto mulheres e crianças gritavam que ela deveria ser atirada para fora do ônibus e que era inaceitável a presença de uma mulher que “fecha com estuprador” entre elas. A *guia* imediatamente cobrou que o motorista parasse o ônibus na beira da estrada para que a mulher

descesse, senão quem iria *segurar o b.o* seria ele. Já era noite quando a mulher foi deixada à beira da estrada e as *cunhadas* seguiram sua viagem.

Esse caso é ilustrativo de como as mulheres se preocupam com suas *caminhadas*, de não *fechar com coisa*, já que o fato de o marido da mulher estar cumprindo pena em uma unidade de oposição faz com sua *caminhada* seja questionada moralmente. Assim, se aceitassem no ônibus uma mulher que *fecha com coisa* elas também estariam *fechando com coisa* já que estariam *andando junto*. Além disso, esse caso é ilustrativo de como as mulheres conseguem localizar umas às outras dentro dos fluxos prisionais, que não se encerram nas unidades prisionais e nas redes de visitas mas que também se estendem às periferias paulistas. A identificação de qual *quebrada* ela morava e, posteriormente, em qual unidade prisional do estado ela visitava foram informações suficientes para localizá-la moralmente no fluxo prisional, a deixando inapta de estar entre as *cunhadas*.

Essa tensão aparece também nos grupos online que acessei. Para todos os grupos de Facebook que enviei solicitação era necessário se identificar. Essa identificação visa proteger as mulheres de golpistas e também da possibilidade de agentes de segurança estatais, como agentes penitenciários²¹, acessarem os grupos. As perguntas a se responder são “é o que do preso” e “veio de qual unidade?”. Elas localizam as mulheres no fluxo prisional a partir da sua relação com o *preso*. A primeira pergunta se refere à qual é a relação entre ela e o *preso*, ou seja, se ela é irmã, mãe, tia, namorada ou esposa e busca proteger o grupo da entrada de possíveis amantes e *talaricas*. Já dentro do grupo, todas as postagens feitas pelas mulheres haviam comentários de pessoas alertando sobre potenciais golpistas e que as mulheres não deveriam passar seus números para qualquer pessoa (ou para determinada pessoa). Esses comentários aconteciam sempre em postagens de ajuda ou busca por informação:

Luciana
2 de dezembro às 12:34
Bom dia alguém para me dar informação por favor

Nos comentários da postagem de Luciana, três mulheres responderam:

Beatriz: Oiii me chama no privado
Lorena: Essa Beatriz é golpista não chama não

²¹ A relação tensa entre visitas e agentes penitenciários é descrita por Biondi (2009), Silvestre (2011), Ferraz de Lima (2013) e Lago (2019).

Maria: Maria [número de telefone] cuidado com os golpes, para dar informações não se cobra nada, se alguém pedir pix não mande. A guia é a Lurdes (nome com hiperlink de marcação)

Nas duas vezes que interagi em postagens nos grupos fui procurada por golpistas. Na primeira vez havia acabado de ser aceita em um grupo e a administradora fez uma postagem apresentando as novas membras. Fiz um comentário agradecendo e pouco tempo depois uma mulher chamada Eduarda comentou em uma postagem do meu perfil, dizendo que havia me enviado uma mensagem privada.

“Ola, sou Eduarda esposa do Bruno que tá preso junto com o seu *peessoal*”.

Pessoal é um termo utilizado para se referir aos entes queridos de alguém, ou seja, ela se apresentava como esposa de um homem privado de liberdade junto com o meu ente querido, fosse ele irmão, pai ou companheiro. A minha presença no grupo fez com que a/o golpista partisse do princípio de que estava na *caminhada* por alguém e se localizou a partir de um *preso* falso, que estaria cumprindo pena junto com o meu *preso*. Apesar de ter uma pessoa próxima privada de liberdade, nossos meios de comunicação se dão de outras formas dentre as várias possíveis de se comunicar com alguém que esteja preso. Trata-se de um amigo de infância, preso há quase uma década. Apesar da proximidade, existe uma interdição de gênero em nossa relação que faz com que alguns tipos de comunicação entre nós possam ser questionados: quando ele foi preso começou a se relacionar com uma mulher, que passou a visitá-lo. Ou seja, ela *fechou a caminhada* com ele. Por isso alguns tipos de comunicação entre nós, como cartas, ligações ou mensagens poderiam ser interpretadas como *talaricagem*. Para evitar que tal acusação pudesse acontecer, nossas comunicações sempre se deram através de recados e notícias trazidas por familiares dele ou meus, senão em encontros de família durante as saidinhas. Assim, sabia que a mensagem que recebi no Whatsapp, uma semana após passar meu número para que determinada pessoa do grupo do Facebook, perguntando como estavam as coisas *aqui*, não era dele. Se eu estivesse *na caminhada* por alguém essa identificação poderia não ser tão clara.

Não respondi a mensagem. Na mesma semana fui aceita em outro grupo e da mesma forma comentei em uma postagem agradecendo por ter sido aceita e uma mulher chamada Jéssica chamou no Messenger pedindo meu número para me colocar no grupo do Whatsapp. Achei a abordagem suspeita, mas passei meu número e esperei. Nos dias que se seguiram não fui colocada em nenhum grupo de Whatsapp. Mais alguns dias se passaram e recebi

mensagens de um perfil que tinha como foto a sombra de um homem sob grades, mostrando os dedos do meio. Em cima a frase “Eu não me importo com o que as pessoas pensam sobre mim”. Seu *status* dizia “tudo passa” e seu nome aparecia como “LIBERDADE”:

oiiii, tá tudo bem aí????
fala comigo, como que você tá 🙄
e as coisas aí?
tô morrendo de saudades, não vejo a hora de sair daqui
tenho pouco tempo pra usar o telefone
se cuida aí 😞

Os golpistas se apropriam de formas de falar, frases de efeito, contextos e estética, tanto das *visitas* quanto dos *presos*, para a aplicação dos golpes. As mensagens eram genéricas e não definiam qual era a relação da pessoa com o *preso*, podendo ser uma mãe, uma esposa, uma irmã, abrindo espaço para que a possível vítima revelasse informações que pudessem ser utilizadas no golpe. Conversando com Fernanda, administradora de um dos grupos *localizados*, perguntei se aqueles tipos de grupos eram recentes:

Mais ou menos... golpes sempre existiram né... mas antes o pessoal que tava *preso* e tinha acesso a celular entrava contato com pessoas aleatórias, forjava um sequestro relâmpago com algum familiar da vítima que atendesse o telefone. Era outro tipo de tentativa... Ou se passavam por operadores de telemarketing fazendo cobranças, etc... Agora é muito comum golpes de pessoas daqui da rua entrando em contato com familiares de presos e se passando por eles. E pedem Pix para essas famílias. Acredito que isso surgiu juntamente com o surgimento do Pix²²²³

Comentei com Fernanda que notei que elas tentavam barrar esse tipo de pessoas nos grupos através das perguntas de identificação que precisam ser respondidas para ter acesso ao grupo e perguntei se os golpistas as inventaram para serem aceitos:

Sim, muitos inventam... é difícil barrar. No Facebook principalmente... Mas nos grupos privativos de dada unidade o controle é maior. Para fazer parte tem que se identificar, falar o nome, postar uma foto, dizer o nome do

²² O Pix foi lançado pelo Banco Central no Brasil em novembro de 2020 e em seus quatro anos de existência se tornou um dos mais relevantes modelos de transações financeiras no país. Essa tecnologia teve um impacto direto no cotidiano das pessoas devido a rapidez, praticidade e a ausência de taxas para os usuários comuns. Para isso é necessário ter um celular, acesso a internet e acesso ao aplicativo do banco.

²³ No Brasil, 84% dos brasileiros com dez anos ou mais são usuários da internet, sendo que entre estes, 95% utilizam a internet diariamente. Nas diferenças entre homens e mulheres, 86% das mulheres têm acesso à internet, enquanto para os homens esse número é de 83%. Tanto o pix quanto os espaços virtuais mais importantes para se manter *na caminhada*, como o Whatsapp, não demandam conexões fortes e estáveis de internet e permitem que as mensagens cheguem sempre que o sinal de internet estiver disponível.

familiar que visita, pavilhão/raio, etc. E ainda assim infelizmente não dá para ter um controle total se a pessoa está se passando por alguma visitante ou se realmente é uma visitante. Mas já ajuda... Muito difícil esse tipo de “fraude” nos grupos privados do Whatsapp.

Assim que entrei no grupo do Whatsapp e algumas mulheres se apresentaram, um clima de tensão e indignação tomou conta do grupo. O momento fez com que eu aguardasse alguns dias me apresentar pois alguém que havia se identificado com o mesmo nome que o meu estava sendo acusado de tentar aplicar golpes nas mulheres do grupo:

Maria: Meninas, bom dia. Tomem cuidado! Recebi uma mensagem de uma pessoa pilantra no WhatsApp se passando pelo meu familiar, alegando que ele fez uma dívida de R\$ 400,00.

Jéssica: Bom dia, meninas! Que nosso dia seja muito abençoado. Nega, tem que tomar cuidado. O que mais tem é gente de má índole fazendo isso, viu?

Maria: Verdade! Essa pessoa tentou me enganar, mas joguei com ela. Quando afirmei que não cairia no golpe, a pilantra apagou a chave Pix. Porém, fui mais esperta e tirei um print antes.

Bruna: Bom dia! Também recebi uma mensagem sobre uma suposta dívida do meu familiar, no valor de R\$ 350,00.

Maria: *[Envia um print de uma conversa no WhatsApp onde a pessoa dizia: “Bom dia, cunhada. Sou Nayara, esposa do Bruno, que está preso junto com o seu pessoal.”]* Já bloqueiem esse número. Essa pessoa aplica golpes.

Bruna: Foi esse mesmo número que me ligou.

Beatriz: Eu caí no golpe desse número. Assim, moça, foi R\$ 40,00, né? Não foi muito, mas também não foi pouco. Porque, assim, eu não visito meu filho, ele está muito longe, e eu não tenho condições de ir até lá... Mas caí direitinho. Foi essa semana, acho que na terça ou na quinta-feira. Mas está tudo bem... Entreguei essa pessoa nas mãos de Deus.

A mensagem que elas receberam era igual à que eu havia recebido, com um detalhe: depois que falou comigo, a/o golpista que se apresentou como Eduarda estava mandando mensagem para as mulheres do grupo se apresentando como Nayara, o meu nome. Por isso fiquei receosa de me apresentar no grupo naquele instante e resolvi esperar alguns dias. Por isso, antes de me apresentar para as *meninas*, decidi apresentar a mim e a minha pesquisa à administradora do grupo e perguntar não só sobre a minha permanência como também sobre

registrar as atividades do mesmo. Como havia aparecido uma golpista com o mesmo nome que o meu, inclusive escrito da mesma forma, estava apreensiva com a possibilidade de ser vista com desconfiança. Para lidar com isso, me apresentei com meu nome e sobrenome.

Disse que quando mandei solicitação para o grupo do Facebook eu havia me apresentado como pesquisadora e que foi através de um link divulgado por ela em um post do grupo que acessei o grupo do Whatsapp. Informei que minha pesquisa é “sobre como as mulheres precisam adquirir vários conhecimentos para conseguir visitar seus familiares que estão privados de liberdade” e que gostaria de saber se eu poderia continuar no grupo, anotando a dinâmica do mesmo deixando claro que não registraria dados que pudessem identificar as pessoas, como nomes, números, fotos, nomes de unidades prisionais, cidades e que o foco seriam as informações trocadas sobre a visitação. A resposta da administradora me deixou muito animada: “Pode sim, será um prazer ter você aqui. Se precisar eu participo também já que sou de outro estado, tenho outros conhecimentos e tenho certeza que as meninas vão gostar. Seja bem vinda e qualquer coisa estou às ordens.” Então escolhi uma foto que mostrasse o meu rosto e a enviei no grupo junto com o seguinte texto:

Boa tarde meninas, meu nome é Nayara Demari. Eu conversei com a Rebeca e queria me apresentar pra vocês. Eu sou estudante de mestrado em Sociologia na UFSCar (São Carlos - SP) e estou fazendo uma pesquisa sobre como as pessoas que querem visitar seus entes queridos privados de liberdade precisam se organizar, e se ajudar, já que o Estado de muitas formas dificulta a visitação. Eu gostaria de pedir licença pra vocês, perguntar se posso acompanhar o grupo e se vocês me autorizam a fazer registros sobre os assuntos no geral de forma que não identifique nenhuma de vocês (sem registrar nomes, números, lugares, unidades prisionais, cidades)

A recepção a minha mensagem foi ótima. Onze pessoas *reagiram* à minha mensagem com *emojis* de joinha, de mãos unidas e de coração, enquanto algumas mulheres respondiam à minha mensagem dizendo que apoiavam a pesquisa e que eu tinha a autorização delas para realizar a minha pesquisa. Assim, busquei me diferenciar de uma potencial golpista ao me apresentar com nome e sobrenome, o que possibilita que as pessoas pesquisem meu nome em buscadores e redes sociais, mostrei o meu rosto e conversei diretamente com a administradora do grupo. Me localizar enquanto pesquisadora e mostrar o meu rosto foi a forma que encontrei de evitar uma desconfiança inicial de ser *talarica*, *amante* ou golpista e poder me apresentar para as *meninas* no grupo a fim de obter autorização para registrar as conversas. Nesse sentido, os grupos online repõem a lógica da desconfiança presente nas filas e hospedagens por onde as mulheres transitam. Apesar do significativo número de pessoas que

começam, abandonam e terminam suas *caminhadas* todos os dias, produzindo um constante fluxo de novas pessoas, a chegada de uma pessoa nova é sempre acompanhada de desconfiança (LAGO, 2019).

Provando que está na caminhada

Fernanda: Uma coisa que percebo é que, para elas, a visita é sagrada! Muitas viajam praticamente todo final de semana. Observo que elas deixam de lado alguns compromissos—meus pagamentos, por exemplo (risos), dentre outras coisas. Passam por dificuldades, mas não deixam de visitar! Para isso, sempre dão um jeito. Algumas, por vontade própria. Outras, porque o marido meio que pressiona e exige a presença delas na visita ou, ao menos, fica pedindo que compareçam. Meu marido é extremamente compreensivo, pois visito muito pouco. Ele sabe das dificuldades da viagem, do desgaste físico e emocional da visita, além das despesas financeiras. Ele também entende as questões relacionadas à minha filha do primeiro casamento. Além disso, hoje temos uma bebê de 1 ano e 3 meses. Depois que tive nossa bebê, passei a visitá-lo bem menos. Ele sente nossa falta, porém compreende e diz que, em primeiro lugar, está o meu bem-estar e o das crianças. No entanto, não é isso que percebo no ambiente das visitas. É muito comum ver mulheres que estão lá com muita frequência e que levam suas crianças e bebês praticamente todo final de semana para dentro do cárcere. Eu discordo dessa prática, mas, enfim, cada um sabe de sua própria vida.

A visita ser sagrada faz parte não só de um conjunto de valores que partem da normatividade do Comando, mas também da identidade da *guerreira*. Fernanda parece não aderir ou se sentir pertencente à essa identidade quando diz que para *elas* a visita é sagrada, dando a entender que tal fato não tem o mesmo sentido para ela. Entretanto, isso não significa que ela não vá o visitar porque não quer: as dificuldades da viagem, o desgaste físico e emocional, as despesas financeiras e o fato de cuidar de duas crianças pequenas faz com que, apesar de Fernanda estar na caminhada, a *visita* não seja o vaso comunicante mais utilizado por ela. Ela descreve a importância dada pelas mulheres quando diz que elas deixam de cumprir com seus compromissos (como o pagamento de advogados) para estar presente nos dias de visita.

Uma discussão sobre certo e errado foi travada no grupo quando uma das mulheres teve sua *caminhada* questionada por uma *guia* responsável pela unidade onde seu marido se encontrava preso. A conversa sobre quais eram as formas que as mulheres iriam ressignificar o modo de utilizar o Conexão Familiar, virou um desabafo:

Juliana: Bom pra mim só vai servir pra avisar que mandei as coisas pra ele no Sedex porque eu não vou visitar mais. A cada dia piora esses sistemas, da até desgosto. Meninas, deixa eu perguntar uma coisa pra vocês: quando a esposa não visita mais, a *guia* pode tirar a *cunhada* do grupo de informações? Porque assim, eu não to indo visitar meu esposo aí ela me removeu do grupo e falou que só vai está me colocando de volta se eu voltar a visita ele. Isso pode acontecer? Porque 3 anos nessa caminhada, tem um mês que não visito e nunca vi na minha vida guia nenhuma fazendo isso.

Por mais que Juliana permanecesse casada com seu marido, o fato de não visitá-lo há um mês suscitou suspeitas por parte da *guia* da unidade de que Juliana não estava mais *na caminhada*.

Lorena: Se você não visita e não tem mais vínculo com o *rol* de visita dele, ela pode tirar sim. Se não visita porque não quer visitar e está pegando informações para saber como está a unidade, você tem o direito de ficar lá. Ninguém é obrigado a visitar.

Por mais que a visita seja considerada uma forma importante de se manter *na caminhada*, o fato de Juliana não visitar seu marido há um mês não é analisado sem contexto. Lorena reforça a centralidade das normatividades estatais na gestão dos grupos online, e consequentemente, no modo das mulheres se manterem *na caminhada*. Juliana explica seu caso a fim de esclarecer que não abandonou a caminhada, mas que, no momento, ela tem precisado utilizar outros vasos comunicantes que não a visita para se manter *na caminhada*.

Juliana: É porque assim cunhada, eu ainda estou com o meu marido né, estou com ele tem 4 anos. Eu to sem visitar meu marido tem 1 mês né, que até uns tempos atrás eu tava visitando ele. Só que a gente ainda tá junto. Ai como tem 1 mês e pouco que eu não tô visitando ele, ela veio perguntar pra mim porque que ela não tá me vendo mais lá. Ai eu simplesmente peguei e falei pra ela “não to conseguindo ir mais por causa do meu filho, meu filho é doente e não tem ninguém pra ficar com ele, só por isso tendeu”. Ela pego e falo assim que tem que estar me removendo do grupo porque não pode me deixar lá, só pode me deixar no grupo se tiver visitando. Eu nunca vi na minha vida uma guia fazer isso e olha que eu já passei em um monte de cadeia e eu não vi nenhum *guia* fazendo isso. Por isso que eu to perguntando pra vocês, se ela pode tá fazendo isso, porque eu achei muito esquisito. E ela me removeu dos dois grupos, da senha e da informação. Ai eu falei pra ela né, por que ela fez isso? E pedi pra ela me colocar né? Porque eu não vou conseguir ir visitar ele nesse momento, mas que ele ainda está lá e eu ainda estou com ele, entendeu? Eu mando email pra ele, tudo certinho, vem recado dele pra mim, tudo certinho. Aí ela pegou e fez isso tendeu? Mas eu vou tomar minhas providências, já mandei no email pro meu marido, falei pra ele

conversar com o esposo dela e tá resolvendo isso. Porque se um dia eu conseguir voltar a visitar ele o negócio vai ficar feio pro lado dela.

Fabiana: Lógico que não

Juliana: Então, tá todo mundo falando isso pra mim. Que ela não pode fazer isso. Hoje eu mandei email pro meu marido falando o que tá acontecendo, que ela me tirou do grupo simplesmente porque eu não to conseguindo ir visitar meu marido. Eu nunca vi uma coisa dessa. Nunca. E olha que meu marido já passou em um monte de cadeia. Que nem, eu já fiquei 8 meses sem visitar meu marido, 8 meses! E a *guia* de lá onde ele que ele tava nunca fez isso, nunca me removeu. E ela pegou e fez essa palhaçada, essa cachorrada ai

Mesmo quando Juliana mobiliza outros vasos comunicantes, afirmando que está enviando email para seu *preso*, ou seja, seu cadastro no rol de visitas segue ativo e atualizado, a *guia* não permite que ela permaneça no grupo. A fim de provar que, mesmo não visitando ela continuava na *caminhada*, Juliana mobilizou o fato de que, mesmo não visitando seu marido *por enquanto*, ela continuava não só casada mas também na *caminhada* já que ela continuava a se comunicar com seu marido através de cartas e recados.

Lorena: Nega essa guia tem marido lá dentro também? Porque se ela tem, eu se fosse você eu já ligava no seu *peçoal* e passava pra ele o que ela fez porque ela não pode remover você do grupo não. Não pode mesmo, porque se ela tiver marido lá dentro eles se resolvem lá dentro e manda a mulher dele colocar você de volta no grupo porque ela não pode tirar você

Juliana: Foi o que eu fiz. Eu tava esperando o Conexão Familiar voltar né, como eu não to indo e também mandar recado pra ele pelas pessoa é bem chato. Eu mesma queria falar, daí volto Conexão, eu falei pra ele “ó negócio é o seguinte: é eu sei que eu não to indo visitar você, mas a gente tá junto e você ainda continua aí na [unidade] entendeu? Acontece que, a *guia* me tirou do grupo de informações e da senha. Falou assim que só vai me colocar agora quando eu voltar a visitar você”. Ai eu peguei e falei assim “você conversa com o marido dela e resolve isso daí aí dentro, porque se eu voltar a te visitar o negócio vai ficar feio pro lado dela tendeu?”

Lorena: Ô *cunhada*, deixa eu compartilhar algo meu... eu tô de *gancho* há alguns meses. Peguei um ano e pouco de *gancho* e ela não pode tirar eu de lá, porque eu tenho que saber, é um grupo de informação. Eu to de *gancho*, é um particular meu, mas ela não pode não. [...] Ajudei a tomar conta da fila e às vezes acontece alguma coisa assim, a minha *guia* não veio perguntar pra mim por que eu to de *gancho*.

Juliana: Então... agora tudo que eu quero, tudo que eu preciso assim, saber de informação assim, eu tenho que chamar a bonita no privado pra ela me dar minhas informações e assim muito menos, ela fala tudo errado, entendeu? Que nem agora memo, esse link ai do email, se a minha amiga não tivesse mandado pra mim, a minha amiga que visita lá comigo, eu não ia saber de nada, ela também não me mandou entendeu? Ai tudo que eu vou perguntar, ontem mesmo eu mandei um *Sedex*... eu tava em dúvida, eu tive que chamar ela no privado, entendeu? E às vezes ela fica me ignorando, ela

não responde. Então assim, ela pegou e me tirou do grupo e agora também quando eu vou perguntar as coisas pra ela, ela não quer dar informação! Pois eu vou ficar enchendo o saco dela, ela não me tirou do grupo? Então agora ela que aguente!

Joice: Boa tarde cunhada. Aqui nos grupos do rio de janeiro não pode participar do grupo se não tiver carteirinha de visita

Juliana: O amiga, eu tenho tudo, tenho a carteirinha estou com meu marido. Só que tem 1 mês e pouco que não posso visitar não tô conseguindo. Aí ela falou que ia me tirar do grupo só porque eu não estava conseguindo visitar. Falou que só ia me colocar de novo se eu voltasse a visitar. Isso não existe

Joice: Eu mesmo visito uma vez no mês, mas tem mês que eu não vou. É muita despesa então eu quase não vou

Lorena: É amiga, por isso que tem as *guias* das *guias* né... tem uma *guia* aí que comanda todas as *guias*. É, mas a gente tem que ir em cima do que é de nosso direito sim porque quando a gente é errada né, a gente vai ter as consequências, então a gente tem que ir pra cima sim, não ficar quieta não

Juliana: Eu queria o contato dessa *guia* que comanda todas as *guias*. Eu ia pergunta pra ela se ela pode fazer isso

Lorena: Óia menina, só procê ter uma noção, é como que é. Pelo que eu sei, pelo meu entendimento, diz que hoje as novas regras tem que ter carteirinha pra você está no grupo, independente do seu esposo mas você tem que ter a carteirinha do presídio. E depois que, antigamente não era tanto assim, mas hoje parece que é assim, tem carteirinha fica, não tem, não entra, e só procê vê, eu tenho dois *peçoal*: um *peçoal* em [unidade 1 da região central], um *peçoal* em [unidade 2 da região central]. Os dois estavam na [na unidade 1 da região central]. E aí já ligaram pra *guia* falando pra me retirar do grupo porque meu marido foi de bonde. Então aí, o MEU MARIDO foi de bonde, mas o meu irmão continua lá. Então eu posso manter os dois grupos tranquilamente. Amiga eu vo tira essa dúvida aí procê, um minutinho só, eu já chamo você no particular tá?

Assim, por mais que o *jumbo* e a *visita* sejam os vasos comunicantes mais valorizados, frequentemente associados à imagem da mulher que está na *caminhada*, eles não são a única forma de se manter nela. A *caminhada* não acontece da mesma forma sempre, tem seus altos e baixos. A vida cotidiana fora da prisão exige que as mulheres variem o uso dos vasos comunicantes e façam uma gestão das suas possibilidades para continuar na caminhada. Se os vasos comunicantes constituem a prisão e, assim como ela, estão em constante transformação. É preciso que, para uma mulher estar na caminhada, ela não só se atualize constantemente sobre as transformações que ocorrem na prisão, mas também reavalie e modifique suas estratégias de como utilizar os vasos comunicantes da prisão para se manter na caminhada.

A *carteirinha*, produzida pelo Estado, aparece aqui como uma das principais legitimadoras de quem está na *caminhada* e pode permanecer nos restritos grupos de informação e senha das unidades. Tal fato reforça o argumento de Rafael Godoi (2015) de que os vasos comunicantes não somente constituem o sistema penitenciário paulista, mas também

são parte essencial da produção da prisão. Quando a *carteirinha* não é suficiente para provar que está na caminhada, outros meios, como o próprio marido ou a invocação de uma *guia das guias*, que estaria, mais do que todas, pelo *certo*, aparecem como formas de provar a caminhada.

CAPÍTULO 2 - Buscando as informações e chegando às redes de ajuda

Como localizar alguém em um sistema penitenciário de 200 mil pessoas²⁴ e 182 unidades prisionais²⁵ espalhadas pelo estado? Quais são as formas pelas quais as pessoas conseguem descobrir uma quantidade tão grande de informações precisas e instáveis e efetivamente começarem sua *caminhada*? As mensagens presentes na caixa de entrada da página do documentário no Facebook suscitaram reflexões sobre os métodos utilizados pelas pessoas para buscar, e de que maneira encontram, as informações necessárias para visitar seus parentes encarcerados. Assim, quando chegam a prisão as mulheres que estão começando a *caminhada* precisam, dia a dia, aprender a *caminhar* pela prisão. Conhecer seu funcionamento, suas normatividades, seus vasos comunicantes e seus fluxos prisionais (GODOI, 2015).

Com a disseminação dos smartphones, notebooks e da internet móvel, os motores de busca online passaram a integrar o cotidiano de todos os indivíduos com acesso à rede. Questões de diversas naturezas — profissionais, espirituais, acadêmicas e cotidianas — tornaram-se componentes recorrentes nas pesquisas realizadas pelos usuários da internet. Esse cenário tem experimentado transformações significativas com a crescente popularização das Inteligências Artificiais, como o Chat GPT e o Gemini. O Google continua sendo o motor de busca mais utilizado tanto no Brasil quanto globalmente, tendo incorporado à sua plataforma de pesquisa o Gemini, sua ferramenta de Inteligência Artificial. Consultas como "como visitar alguém preso", "quantas pessoas podem visitar um preso" e "como funciona a visita na cadeia", realizadas no Google, apresentam inicialmente uma resposta gerada pela Inteligência Artificial.

Ao pesquisar "como visitar alguém preso", a Gemini fornece instruções básicas, mas cruciais. Para visitar alguém preso, é obrigatório que o nome do visitante esteja na lista de

²⁴ https://www1.sap.sp.gov.br/download_files/pdf_files/populacao-feminina-masculina-junho-2024.pdf

²⁵ <https://www1.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen-.html> / A SAP disponibiliza um mapa interativo das unidades penais do Estado. Nele é possível visualizar as unidades por tipo (Centros de Progressão Penitenciária, Centros de Detenção Provisória, Centros de Ressocialização, o Centro de Readaptação Penitenciária, as Penitenciárias, os Hospitais e as unidades que estão em construção), acessar informações sobre as unidades como nome, data de inauguração, a qual região/coordenadoria pertence, endereço, email, telefone, população prisional (data da atualização, capacidade e população), área construída e tipo de regime. Também é possível acessar o mapa por categorias (coordenadorias, masculinas ou femininas). O mapa é também dividido por regiões (Capital e Grande São Paulo, Vale do Paraíba e Litoral, Região Central, Região Noroeste e Região Oeste), cada uma representada por uma cor. O site da SAP também acompanha o "movimento da prisão": oferecendo diversos tipos de informações, como notícias, dados e instruções, que estão sempre em constante alteração, atualização ou exclusão.

visitantes autorizados e que o visitante possua a carteira de visitante da unidade prisional específica. Para obter essa carteira, a IA sugere o envio de uma carta simples ou Sedex para a unidade prisional, especificando onde as informações devem ser inseridas. A IA também alerta que a carteira de visitante tem validade de dois anos, sendo necessária a renovação após esse período. Além disso, informa o número máximo de pessoas permitidas por lista, que é de oito: quatro para familiares, uma para cônjuge e uma para amigo. Por fim, a IA lembra que "é fundamental seguir as regras de vestimenta e segurança da unidade prisional".

Todas essas informações, apresentadas de forma elencada, são seguidas de um *hiperlink* que direciona o usuário para sites que detalham as informações apresentadas pela IA. Na busca "como visitar alguém preso" os sites indicados são os mesmos que aparecem na busca geral do Google quando se busca informações sobre visitar alguém preso: sites do governo, sites e blogs de advogados, o site Jusbrasil²⁶ e o site da Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo. Realizando uma busca mais *localizada*, "como visitar alguém preso no estado de São Paulo" as informações oferecidas pela IA sofrem pouca alteração. Além das indicações anteriores, nessa pesquisa a IA cita a possibilidade de realização da visita virtual²⁷, dado que chama a atenção pela sua obsolescência já que as visitas virtuais foram encerradas com o fim da pandemia. Nota-se assim, que as buscas realizadas no Google levam a sites estatais (como gov. e o site da sap), onde as informações são apresentadas de forma estática, sem interação, no formato de blogs.

A Secretaria de Administração Penitenciária incluiu recentemente em seu site oficial uma seção "Serviços para Visitantes", que contém links para: Informações para Visitantes; Jumbo Padronizado; Alimentos e produtos permitidos para consumo no dia da visita em todas as unidades; Perguntas frequentes - Prisão civil; Perguntas frequentes; Conexão Familiar - Formulário de Atendimento - Agendamento Visita Virtual; Paradeiro - Localização de Custodiados; Seja um parceiro do Programa de Alternativas Penais; Contrate uma pessoa egressa; Ouvidoria - Formulário de Atendimento; Contatos das Unidades da SAP; Contato das Coordenadorias; Dúvidas sobre radiação do scanner corporal; Carta de Serviços ao Cidadão e REINTEGRA: Plataforma de Educação e Orientação Profissional.

²⁶ Segundo o próprio site, o Jusbrasil se trata de uma empresa privada de tecnologia jurídica que cria tecnologia para "auxiliar a coleta, organização e disponibilização da informação jurídica pública, tais como autos processuais, jurisprudência e diários oficiais, não só para pessoas advogadas como qualquer outra pessoa que precise de algum tipo de informação jurídica".

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-o-jusbrasil/1567211280>

²⁷ A visita virtual foi uma saída oferecida pela SAP durante a interrupção das visitas presenciais como política de contenção da pandemia de COVID-19

A seção "Informações para visitantes" apresenta as informações de maneira progressiva, começando pelas mais básicas e avançando até as mais complexas. Cada pessoa presa tem direito a receber duas visitas por dia, excluindo crianças menores de 12 anos que sejam filhas, filhos, netas ou netos. Para visitar, é obrigatório estar no *rol de visitas* do preso, ter a carteira de visitante da unidade prisional e um documento de identificação com foto. O *rol de visitas* é a relação de pessoas autorizadas a visitar o preso, incluindo familiares de 2º grau como pai, mãe, filhos, irmãos, avós, esposa ou companheira. Crianças e adolescentes só podem fazer visitas comuns se forem filhos ou netos do preso. O horário de visita é das 8h às 16h, e o visitante pode entrar até duas horas antes do término. As visitas podem ocorrer aos sábados e/ou domingos, dependendo da unidade prisional.

Após um aviso de que todas/os visitantes passarão por procedimentos de revista mecânica realizada através do uso de scanner corporal e um portal de detector de metais, segue uma lista das roupas que são permitidas e proibidas. As regras para vestimentas, descritas como válidas, inclusive para crianças, em todas as unidades prisionais são:

1. Roupas e Acessórios Permitidos

- **Camisetas** com manga curta ou longa.
- **Calça de moletom ou legging**, desde que **sem botões metálicos, zíperes ou estampas**.
- **Saias midi** (comprimento abaixo dos joelhos), permitidas apenas para mulheres.
- **Chinelos de dedo** com solado fino e tiras de borracha simples.
- Em **dias de baixa temperatura**, é permitido ingressar na unidade trajando **meias e blusa de moletom sem capuz, sem forros, sem bolsos, sem botões metálicos e sem zíper**.

2. Restrições de Cores

- **É proibido o uso de roupas nas cores:**
 - Azul-marinho
 - Branca
 - Cáqui
 - Marrom
 - Preta

3. Roupas e Acessórios Proibidos

- **Roupas que contenham detalhes metálicos, como botões metálicos, zíperes, alças removíveis, aros de metal ou plástico/silicone, cadarços ou qualquer material que possa acionar os detectores de metal.**
- **Roupas transparentes, curtas ou decotadas.**
- **Roupas sobrepostas, exceto em dias de baixa temperatura.**
- **Luvas, meias-calças, capuzes, bonés, chapéus e toucas.**
- **Troca ou empréstimo de roupas e/ou pertences com pessoas privadas de liberdade.**

4. Restrições Relacionadas ao Cabelo

- **Prendedores de cabelo em metal ou com partes metálicas.**
- **Tiaras, arcos, tranças ou qualquer outra forma de prender o cabelo.**
- **Apliques capilares ou quaisquer outros métodos que impossibilitem ou dificultem a inspeção mecânica e visual de segurança.**

5. Objetos e Acessórios Pessoais Proibidos

- **Jóias, bijuterias, brincos, óculos escuros, relógios, cintos e piercings.**
- **Chaves e chaveiros.**
- **Dispositivos eletrônicos de qualquer tipo, exceto quando o visitante os utilizar por motivos de saúde, mediante apresentação de atestado ou laudo médico. Nesse caso, a visita será realizada em parlatório ou outro espaço próprio.**
- **Dinheiro, cheques e cartões bancários.**

Logo abaixo, podemos encontrar dois links: um que leva ao jumbo padronizado para todas as unidades prisionais e outro que leva à lista de alimentos e produtos permitidos para consumo no dia de visita em todas as unidades. O site define como jumbo todos os alimentos e produtos permitidos para serem enviados por sedex ou entregues na unidade. Lembrando que a lista é única e válida para todas as unidades do estado, as condições e parâmetros do jumbo passam a ser descritos. Sua entrega pode acontecer uma vez por semana e pode ter no máximo 12 quilos e aquela que não cumprir as especificações será devolvida ao remetente. Segundo o site oficial, os itens permitidos para envio às unidades prisionais devem seguir

padrões específicos quanto à quantidade, embalagem e características. A seguir, detalho os grupos de produtos autorizados para alimentação, vestuário e higiene pessoal.

1. Alimentos Industrializados

Os alimentos permitidos devem estar devidamente lacrados em suas embalagens originais, sem recheios, trufas ou teor alcoólico. Além disso, a quantidade de cada item deve obedecer às seguintes especificações:

- **Bolo industrializado** – sem recheio, sem trufado e sem teor alcoólico (500 g);
- **Pão de forma ou torradas** (500 g);
- **Chocolate e doces em barra industrializados** (300 g);
- **Bolacha ou biscoito industrializado** – sem recheio, sem trufado e sem teor alcoólico (500 g);
- **Bala industrializada transparente** – sem recheio, sem trufado e sem teor alcoólico (500 g);
- **Leite em pó** (500 g);
- **Adoçante líquido** – embalagem transparente (100 ml);
- **Manteiga ou margarina** (250 g);
- **Tempero pronto** (100 g).

2. Roupas e Calçados

As vestimentas e calçados permitidos devem atender a requisitos específicos relacionados à cor, modelo e quantidade máxima permitida por envio. As especificações são as seguintes:

- **Calçados:**
 - Tênis de solado baixo, sem amortecedor (modelo slip ou futsal) – 1 par por envio (limite de dois pares na unidade);
 - Chinelo de dedo com solado fino e tiras de borracha simples – 1 par por envio (limite de dois pares na unidade).
- **Vestuário:**
 - Bermuda ou calção com elástico, cor bege/cáqui, sem estampa, botão, zíper ou cordão – 2 unidades;

- Blusa de frio na cor bege/cáqui ou branca, sem capuz, forro, zíper ou bolso – 2 unidades;
- Calça padrão na cor bege/cáqui com elástico e sem bolso – 2 unidades;
- Camiseta branca com gola careca e manga curta – 2 unidades;
- Camiseta branca com gola careca e manga longa – 1 unidade;
- Par de meias – 5 unidades;
- Cuecas – 5 unidades.
- **Roupa de Cama e Banho:**
 - Lençol branco de solteiro sem elástico – 2 unidades por envio (limite de dois pares na unidade);
 - Fronha branca – 2 unidades;
 - Cobertor de solteiro sem barrado – 2 unidades;
 - Toalha de banho branca – 2 unidades.

3. Higiene Pessoal

Os produtos de higiene pessoal devem estar lacrados e em suas embalagens originais, sendo proibida a entrada de itens que contenham álcool em sua composição. Os produtos permitidos são:

- **Barbeador descartável** com cabo de plástico vazado – 2 unidades;
- **Creme dental** em tubo plástico – 1 unidade de até 90 g;
- **Sabonete** – 2 unidades;
- **Escova de dentes** – 1 unidade;
- **Desodorante** em bastão, roll-on ou creme – 1 unidade;
- **Creme de barbear** em tubo plástico – 1 unidade;
- **Shampoo** – 1 embalagem transparente de até 500 ml;
- **Condicionador** – 1 embalagem transparente de até 500 ml;
- **Fita ou fio dental** – 1 unidade;
- **Cotonetes** – 1 caixa com até 75 unidades;
- **Antisséptico bucal** – 1 embalagem de até 250 ml;
- **Protetor solar lacrado** – 1 embalagem de até 200 ml;
- **Bucha de espuma para banho** (não podendo ser vegetal ou de nylon) – 1 unidade;
- **Creme hidratante corporal** – 1 embalagem de até 250 ml.

Na seção sobre alimentos e produtos permitidos para consumo no dia da visita em todas as unidades prisionais, é possível encontrar informações sobre os tipos de refeições que podem ser levadas e os recipientes adequados para armazená-las. O prato principal pode incluir frios fatiados, pães de forma, salsicha ou linguiça (fatiadas ou moídas), carne (fatiada, desfiada ou moída), além de alguns tipos de massa (gravatinha, espaguete, fettuccine ou parafuso), feijão, lentilha, grão-de-bico, ervilha, soja e arroz branco. Não é permitido levar alimentos que contenham maionese, caroços, ossos, recheios, farinhas diversas ou camadas. Além disso, os alimentos devem ser armazenados em dois recipientes transparentes, seguindo as medidas especificadas na imagem abaixo:



(print tirado do site oficial da SAP em 30/01/2025)

Para a salada, são permitidos os seguintes alimentos: cenoura, brócolis, couve-flor, berinjela, ervilha, pepino e tomate, desde que estejam fatiados, desfolhados ou ralados. É vedado o uso de caroços, recheios, misturas com maionese e outros molhos perecíveis. A salada deve ser acondicionada em um recipiente transparente, semelhante ao apresentado na imagem acima, com as dimensões de 15 cm de largura, 21 cm de comprimento e 7 cm de altura. Quanto à sobremesa, são permitidos doces caseiros, como pudim, manjar, bolo simples sem recheio, brigadeiro sem granulado e mousse. Entre os doces industrializados permitidos, incluem-se paçoca, maria-mole, doce de leite, chocolate em barra, bolo industrializado lacrado, frutas da estação, bolachas e biscoitos industrializados. Todos os alimentos industrializados devem estar devidamente lacrados e acondicionados nos recipientes especificados, enquanto os alimentos caseiros devem estar previamente fatiados.

Não é permitido o uso de caldas, camadas, recheios e caroços. Cada recipiente deve conter apenas um dos itens permitidos.

As bebidas autorizadas são água ou refrigerante, podendo ser transportadas em até três garrafas de, no máximo, dois litros cada. As bebidas não podem estar congeladas e devem manter o lacre original. Além disso, é permitida a inclusão de cigarros no conjunto de alimentos perecíveis, sendo autorizado o transporte de até dois maços contendo 20 cigarros cada ou até 100 gramas de fumo acompanhados de dois pacotes de palha. De acordo com o site oficial da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), essas normas devem ser cumpridas em todas as unidades prisionais do estado de São Paulo, sendo que eventuais alterações são permitidas apenas em casos excepcionais e mediante autorização direta do Secretário. Caso uma visitante identifique qualquer divergência, recomenda-se que entre em contato com a secretaria por meio do e-mail institucional ou do formulário da ouvidoria. Assim, essa fonte de informação não consegue acompanhar o movimento da prisão e nem dar conta das suas minúcias.

As redes de ajuda: caminhando juntas pela ilegitimidade do Estado

No Facebook é possível buscar informações, pessoas, grupos e páginas a partir de uma caixa de pesquisa. Essa ferramenta permite que as mulheres busquem por palavras chave, como o nome da unidade prisional desejada e obtenham como resultado posts de pessoas, páginas e grupos relacionados à referida unidade. A partir dessa busca, elas encontram páginas, posts e grupos direcionados a *familiares de presos*. Assim, o Facebook opera como uma “porta de entrada”, um espaço de busca de informações. O fato dessas páginas não aparecerem diretamente nas buscas realizadas no buscador Google²⁸, chama a atenção para como as pessoas buscam e encontram redes de ajuda. Primeiro é preciso acessar essa rede de relações que se constituem através e ao redor da prisão, e essas redes estão, assim como a prisão, sempre em movimento. É preciso aprender a transitar pela prisão e seus fluxos, manejar seus vasos comunicantes dentro das normatividades estatais e do crime. As redes sociais, as filas, as excursões e as pousadas são espaços de socialização, onde as mulheres constituem redes de afeto e de ajuda. Esses espaços são predominantemente, e algumas vezes exclusivamente, femininos.

²⁸ O buscador mais utilizado no Brasil e no mundo.

Os grupos de Facebook podem ter finalidades diferentes e por isso os categorizei como “grupos gerais” e “grupos localizados”. Os grupos gerais têm, em sua maioria, nomes como “Cunhadas guerreiras”, “Amor atrás das grades” e “Solta o preso seu juiz”. Chamarei de grupos gerais aqueles que não tem em seu título alguma localização, ou seja, que não faça referência a determinada unidade ou cidade. Suas descrições os definem como espaços onde elas podem fazer amizades e se ajudarem: em alguns grupos as administradoras criam grupos do Whatsapp para que os membros possam interagir com maior privacidade. Entre as propagandas de consulta de processo gratis e videos de advogados explicando coisas, podemos encontrar posts como esse:

Ana Julia
23 de outubro às 19:49
Alguém que visita no CDP de [cidade da região metropolitana]?

Nas respostas, Ana Julia comenta “Up” duas vezes no próprio post. Essa é uma estratégia utilizada para dar visibilidade a uma postagem, para que em meio a tantas postagens realizadas no grupo aquela publicação apareça para as outras pessoas. Uma mulher chamada Amanda se dispõe a verificar em um grupo de Whatsapp, do qual ela faz parte, se há alguém que visite na mesma unidade procurada por Ana Júlia. Dos grupos de Facebook que fui aceita, dois eram “gerais”. Além das mulheres que visitam, transitam por esses grupos pessoas diversas como advogados, organizadores de excursões de ônibus e vans, serviços de envio de telegrama, de roupas e sacolas de *jumbo* dentro dos critérios estabelecidos pela SAP e outros serviços utilizados pelas visitas. Um desses grupos conta com 7,8 mil membros e 5 administradoras: observando suas postagens em um período de 48h podemos encontrar 7 posts de propagandas de advogados, 7 posts de serviços de telegramas e cartas, 5 de excursões, 2 de roupas, 1 de *jumbo* e 3 de pedidos de ajuda. No primeiro pedido de ajuda sobre se era possível enviar carta ou telegrama para o *preso* sem estar no *rol de visitas*, as respostas obtidas foram duas propagandas de telegrama. O segundo não obteve nenhuma resposta. O terceiro, sobre quanto tempo era necessário esperar para visitar um *preso* que havia sido transferido, 7 mulheres responderam a pergunta.

Por essa razão, muitas vezes as postagens de pedidos de ajuda se perdem entre um grande número de propagandas diariamente postadas nas páginas, muitas das vezes de forma repetida. Dessa forma, os grupos gerais do Facebook permitem acesso à serviços gerais importantes para se manter *na caminhada*, como o envio de telegramas e o agendamento de

excursões para visitar. Entretanto, não é o melhor lugar para encontrar informações sobre os procedimentos de visitação. Para isso, as mulheres criam grupos específicos, os grupos *localizados*. Neles elas trocam informações sobre as unidades que visitam ou buscam informações para começar a visitar naquela unidade. Dos 13 grupos que acessei no Facebook, 11 eram grupos localizados que se referiam a diversas unidades (CDPs e penitenciárias) do estado de São Paulo.

Abri o Facebook e olhei as notificações de novas postagens nos grupos. Uma delas, num grupo geral de *visitas*, era de um novo post da administradora que divulgava o link que encaminhava para o grupo de Whatsapp. Na mensagem ela encorajava as *meninas* a entrar no grupo para fazerem amizades e se ajudarem. Cliquei mas o aplicativo me notificou que aquele link havia mudado. Voltei ao Facebook e mandei mensagem para a administradora. Como ela estava online e não me respondeu, comentei na postagem avisando que não tinha conseguido entrar no grupo e que havia mandado mensagem no privado. Ela respondeu meu comentário com um novo link de convite para o grupo no Whatsapp. Depois de uns 20 minutos, recebi a notificação de que havia sido aceita. Quando abri o aplicativo surgiu a seguinte mensagem:

“SEJAM TODAS BEM VINDAS ❤️
🌟 AO ENTRAR LEIAM AS REGRAS !!
● PROIBIDA FALAR DE FACÇÃO
● PROIBIDO FALAR QUE PRESO TEM CELULAR
● PROIBIDO BRIGAS PALAVRÃO
● PROIBIDO INTOLERÂNCIA RELIGIOSA
● PROIBIDO LINK DE OUTROS GRUPOS
● PROIBIDO PEDIR DINHEIRO
● PROIBIDO FOTOS DE TERCEIROS SEM AUTORIZAÇÃO
👤 CUIDADO COM OS GOLPES
NUNCA PASSAR INFORMAÇÕES DO SEU FAMILIAR NO GRUPO E
NÃO DEPOSITAR DINHEIRO SEM ANTES FALAR COM SEU PRESO
🌸 APRESENTE-SE COM FOTO E ONDE VISITA E QUEM VISITA
❌ NÃO ACEITAMOS AMANTES E NEM FAMILIAR DE IPL NO
SEGURO
QUALQUER PROBLEMA OU SITUAÇÃO CONSTRANGEDORA
CHAMAR A ADM”

Entrei no grupo junto com outras *meninas*²⁹ e fomos recebidas com mensagens de boas vindas. Logo em seguida, várias mulheres começaram a se apresentar: o protocolo era enviar

²⁹ As mulheres, tanto nos grupos do Facebook como do Whatsapp, referem-se umas às outras como *meninas*, *cunhadas*, *nega*.

uma foto de si mesma, dizer o nome, cidade onde mora, unidade onde visita e quem visita. O funcionamento desses grupos têm regras que são gerais, as mulheres sabem mais ou menos o que pode e não pode ser dito e qual conduta é esperada. Os grupos gerais do Whatsapp apareceram como um espaço de dinâmica múltipla, envolvendo mulheres em diferentes momentos de suas *caminhadas*, que visitam em unidades diversas e têm diferentes relações com seus presos. Em geral, o clima no grupo era bem receptivo e as mulheres se tratavam por apelidos carinhosos e/ou respeitosos como *cunhada*, *nega*, *flor* ou *meninas*.

Muitas vezes abria meu Whatsapp e haviam 500 mensagens nos grupos. Com dias onde os diálogos aconteciam até durante as madrugadas e outros onde nem os “bom dia” eram enviados, o grupo se movimentava de forma orgânica e as conversas abordavam os mais diversos assuntos. A qualquer horário do dia, menos aos finais de semana, o momento em que grande parte delas estavam se deslocando a fim de visitar seus *presos*, as mulheres conversavam. Às vezes mandavam somente um “bom dia” e uma “boa semana de luta para todas”. Outras vezes as conversas se estendiam em intermináveis contas coletivas sobre a pena do *preso* de uma delas. Quando se aproximavam as datas das *saidinhas*, as mulheres ficavam ansiosas e contavam as horas coletivamente, além de compartilhar seus planos para esse momento especial.

Certo dia, em meio a várias mensagens, uma mulher perguntou se era necessário ir até determinada penitenciária para fazer a carteirinha. Lhe responderam que era só mandar email para a unidade, ver se ela se encontrava cadastrada no *rol* de seu *preso* e mandar a documentação para a carteirinha. A mulher perguntou, então, onde ela conseguiria esse email e lhe responderam que era necessário colocar o nome dele no “localiza preso”. Em seguida explicou que é necessário saber em que unidade ele se encontra para que possa encontrar a *guia* daquela unidade e se informar acerca do email. A mulher que buscava pela informação respondeu que havia ligado em um CDP da capital e que haviam lhe informado que ele estava em um CDP de determinada cidade do interior. A partir das informações estatais fornecidas mas que não foram suficientes para sanar suas dúvidas, as outras mulheres do grupo buscavam ajuda-lá:

Cê liga [no CDP do interior] e fala assim: “eu queria saber se meu nome tá no *rol* do *preso* tal, matrícula tal”. Aí cê fala seu nome, aí se o seu nome estiver, a senhora fala assim “como que eu posso tá mandando documento?”. Daí tem cadeia que recebe pelo sedex, né... e tem cadeia que recebe pelo email, cê manda, se tiver pelo sedex, aí cê manda

A mulher respondeu que ligou várias vezes em todos os números dos CDPs dessa cidade e em todos a resposta era de que os números não existiam. As mulheres responderam novamente que ela deveria colocar o nome dele no “Localiza preso” e mandaram um print do email “paradeirosap@sp.gov.br”. Neste e-mail ela deveria mandar nome, matrícula e nome da mãe do *preso*.

Boa noite meninas... meu pai está preso há 1 ano e 11 meses, ele foi recapturado. Primeiro ele ficou em [unidade da região metropolitana], aí transferiu ele para [outra unidade da região metropolitana], agora transferiu ele pra [unidade da região Noroeste]. Será que eu consigo mandar *jumbo* sem fazer a carteirinha? Esses jumbos comprados, já pronto... ou talvez um pix, quando eu fui na [unidade da região metropolitana] eles aceitavam pix. Me desculpe, eu não entendo nada sobre essas coisas. Ou então alguém sabe me dizer pq eles transferiu pra tão longe assim.

Uma mulher que estava tirado as dúvidas anteriores respondeu:

Você tinha feito a carteirinha em uma dessas? Dentro de um ano? Se sim, liga onde ele está e fala no *rol de visitas*, se tem como te incluir no *rol* sem precisar enviar os documentos novamente que já estão atualizados. Depois do “ok” deles vc pode mandar o *sedex* ou o *pecúlio*³⁰ pelo pix... Agora se vc não chegou fazer carteirinha em nenhuma dessas ou se estiver mais de um ano que enviou os documentos, não vc não pode nem enviar o *jumbo* e nem mandar o pix no *pecúlio*!

Como demonstra o diálogo acima, em relação às dúvidas relacionadas às burocracias e também de como chegar a elas, a resposta institucional é lenta e muitas vezes não acontece. Vários são os relatos de que o número da unidade prisional não atende, não existe ou de que os emails não são respondidos. Quando a resposta institucional acontece, ela nem sempre sana todas as dúvidas, deixando em aberto a possibilidade de que elas não consigam cumprir as burocracias exigidas. Os grupos de Whatsapp possibilitam uma resposta rápida e quando não existe uma resposta “pronta”, as soluções ou o caminho para elas são pensadas coletivamente. Diariamente chegavam mulheres com dúvidas que não eram sanadas pelas informações estáticas encontradas no site da SAP. Os dois irmãos de Ana haviam sido presos e ela não sabia quais eram os primeiros passos para descobrir como visitá-lo:

³⁰ Segundo o site da Secretaria de Administração Penitenciária “o familiar pode transferir recursos para a conta pecúlio do preso. O pecúlio é uma conta corrente em que é depositada a remuneração que o preso faz jus ao trabalhar durante o cumprimento de pena, como determina a legislação. Por meio do pecúlio, a unidade pode adquirir itens extras que serão entregues diretamente ao custodiado”.
<https://www.sap.sp.gov.br/noticias/pauta-25-03-20.html> < (Acessado em 16/09/2024)

Ana: Sinceramente, estou perdida, não sei o que fazer. Nunca passei por essa situação.

Mariana: Tenha calma. Ele está há pouco tempo? Já sabe onde ele está? A senhora ou alguém da família já está visitando?

Ana: A única coisa que eu sei é que eles estão em [cidade da região Oeste]. Um faz um mês, o outro faz 14 dias.

Mariana: São seus irmãos, é isso?

Ana: Ninguém vai visitar porque a mãe deles nem quer saber deles, ela é uma bruxa interesseira.

Mariana: Normal. A minha sogra também não visita, só quer saber das horas boas. Você visita?

Ana: Nunca fui. Queria ir, mas tenho quatro filhos pequenos e não tenho com quem deixar. Esses dias mandei um telegrama...

Mariana: Eu também tenho três crianças, cada vez deixo com alguém diferente. Mas vai dar tudo certo. A senhora já está no grupo da cadeia?

Ana: Não.

Mariana: A senhora não conhece ninguém que visita lá?

Ana: Como faço para saber? Não conheço ninguém.

Mariana: Teria que ver no grupo do Facebook ou por aqui mesmo. Se alguém conhece a guia de lá... [envio de um print do grupo "Guerreiras CDP [nome da cidade]", grupo com 1,4 mil membros]. Procura no seu Facebook e pede para entrar no grupo. Provavelmente, eles sabem quem é a guia e pedem para ela te adicionar ao grupo. Daí você manda no "Localiza Preso" o raio e a cela do seu pessoal.

Ana: Vou ver lá.

Essa conversa nos permite observar duas coisas. A primeira delas se trata da forma com que as mulheres transitam não só pela prisão mas também pelos espaços online criados por elas. Ana acessou o grupo de *familiares de presos* e pediu ajuda, em tom de desespero, pois não sabia como dar os primeiros passos da *caminhada*, visto que nunca havia passado por essa situação. Ou seja, ela não sabia nada sobre *caminhar* e precisava de ajuda. Mariana primeiro de tudo buscou a tranquilizar. As perguntas feitas à Ana buscavam formar um cenário que pudesse ajudá-la a pensar quais eram os próximos passos a serem seguidos: *ele está a pouco tempo?* Essa era uma pergunta que possibilitava a Mariana calcular se o preso ainda se encontrava em um CDP ou se provavelmente já estava em uma penitenciária. Depois Mariana perguntou à Ana se ela, ou algum familiar já estavam visitando, o que levaria a resposta de “não sei o que fazer” a outros sentidos que não necessariamente o de encontrar as redes de ajuda para realizar a primeira visita.

Ana responde que a única informação que tem é em qual unidade seus irmãos se encontram e que faz menos de um mês que foram presos. Afirmando não conhecer ninguém que visite a mesma unidade, ela pergunta como pode encontrar alguém e Mariana à informa sobre como chegar às redes de ajuda da unidade prisional em que os irmãos se encontram. Se não houver ninguém no grupo do Whatsapp geral que visite na unidade citada, é necessário

que Ana vá ao Facebook e procure pelo grupo *localizado* da referida unidade. Entrando no grupo, Ana poderá descobrir quem é a *guia* da unidade e tirar todas as suas dúvidas com ela, além de entrar em contato e conhecer outras mulheres que também visitem na mesma unidade. Entretanto, é possível observar como Mariana, ao tirar as dúvidas de sua colega, busca reafirmar o fato de que está na *caminhada*. Quando pergunta se Ana já visitou os irmãos, Mariana procura saber, antes de tudo, se ela já *fechou na caminhada*. Quando Ana responde que ainda não foi visitar os irmãos por ter filhos pequenos e que não tem com quem deixá-los, o que a impossibilitaria de viajar a fim de encontrar seus irmãos, a resposta de Mariana demonstra como ela, passando pela mesma dificuldade, ainda sim se faz presente através da visitação.

Em uma outra situação, as mulheres se organizavam para realizar cálculos sobre a pena do marido de uma delas:

Celina: Boa noite, meninas. Vocês podem me ajudar com uma dúvida? Para uma pena de 2 anos e 6 meses, quanto tempo a pessoa precisa cumprir presa? Vocês sabem me dizer mais ou menos?

Noemi: Tem que verificar... Ele é residente? Ele é réu primário? Tudo isso influencia.

Celina: Não, ele não é réu primário. Foi condenado a 2 anos e 6 meses e já cumpriu 1 ano e 1 mês. Agora está no regime semiaberto. Alguém sabe me dizer quanto tempo ele deve permanecer nesse regime?

Noemi: Depende. Quanto tempo ele pegou ao todo? Para calcular, precisa saber se é 2/5, 3/5 ou 1/6. Tudo varia, não há um tempo exato.

Celina: Pelo que vi, é 1/6 para 2 anos e 6 meses.

Noemi: Mas você fala da condenação total de 2 anos e meio ou desse tempo ele já ficou no regime fechado?

Celina: A condenação foi de 2 anos e 6 meses. Ele já cumpriu 1 ano e 1 mês.

Em meio a essa conversa, Camila entrou no diálogo:

Camila: Então, ô cunhadas, é o seguinte, não tem um tempo exato, entendeu? Porque, por exemplo, meu marido já foi preso antes. Ele cumpriu uma pena por tráfico, e agora está cumprindo uma segunda, também por tráfico. Ele pegou a pena mínima, que é 5 anos. Como ele é reincidente, deveria pegar 3 anos no fechado, mas está pegando só 2... Ele cumpre 2 anos no fechado e depois passa para o semiaberto. Então, não tem um cálculo fixo do tipo “vai pegar tanto tempo no semiaberto”, porque isso depende de vários fatores, né? Benefícios que o preso recebe,

comportamento, estudo, trabalho para remição de pena... tudo isso influencia.

Noemi: Sim, faz sentido. Então, se 1/6 de 2 anos e meio dá aproximadamente 5 meses... Ele já está preso há quanto tempo?

Camila: Pois é, ele não vai ficar muito tempo, entendeu? Se a condenação dele foi de 2 anos e meio, provavelmente ele passa por duas *saidinhas* e já sai. Não sei explicar direitinho, mas não tem como o tempo no semiaberto ser maior que a condenação total. Vou mandar a tabela para vocês verem, per aí...

Celina: Ah, entendi.

Camila: Retificando: são 9 meses no semiaberto, não 6. Desculpa, confundi porque as crianças estavam gritando aqui [risos]. Mas olha, se ele já cumpriu 1 ano e 1 mês no fechado, provavelmente ele vai sair depois de duas *saidinhas*, porque não faz sentido ele ficar mais tempo no semiaberto do que no fechado. Se fosse para cumprir tudo direto, ele nem passaria pelo semiaberto. Então, se ele já cumpriu 1 ano e 1 mês no fechado, ele deve ficar no máximo uns 6 meses no semiaberto, talvez até menos. Ele já está nesse regime há quanto tempo?

Celina: No semiaberto já tem um mês. Ele pegou uma condenação de 2 anos e 6 meses, pagou 1 ano e 1 mês no fechado e agora está no semiaberto há um mês.

Noemi: Então, no caso do meu marido, ele pegou uma condenação de 10 anos. Ficou 6 anos no fechado e só 3 meses no semiaberto. Ele saiu para a primeira *saidinha* e, depois da segunda, já ganhou a liberdade. Então, não tem como prever com exatidão, entendeu? Tudo depende do comportamento e dos benefícios que o preso consegue. O ideal é conversar com o advogado dele para ele calcular certinho.

Camila: Ah, então, cunhada, já pode preparar as malas, porque no Natal seu marido já deve estar em casa, com todo respeito! [risos] Não tem como ele ficar um ano no semiaberto se a condenação dele foi curta. Provavelmente, ele sai na *saidinha* de setembro e em dezembro já ganha a liberdade. Eu calculo com base no que aconteceu com o meu marido. Ele também é reincidente no tráfico e pegou 5 anos. Era para ele cumprir 3 anos no fechado, mas está cumprindo 2, tirando pena de réu primário, entendeu? Então, ele faz 2 anos no fechado e mais ou menos um ano e dois meses no semiaberto antes de sair. O advogado dele que calculou isso.

Celina: Ah, então tá bom, cunhada. Deus abençoe, viu? Obrigada pela atenção! A gente também acha que ele sai logo. A última vez que fui visitá-lo, ele falou a mesma coisa. Como a pena é curta e ele já cumpriu boa parte, com fé em Deus até dezembro ele está em casa.

Noemi: Em nome de Jesus!

É possível notar, então, como as mulheres compartilham e constroem conhecimentos sobre a prisão que ultrapassam as questões relacionadas somente à visitação, utilizando os grupos para efetivamente se movimentar pela prisão e movimentar também o seu *preso*. As mulheres adquirem, das mais diversas formas, conhecimentos que vão para além das burocracias relacionadas às roupas, *jumbos* e notícias relacionadas ao sistema penal, adquirindo e compartilhando também conhecimentos sobre direitos, cálculos de pena, obtenção ou restrição de benefícios e quaisquer outras ferramentas que possam melhorar as condições de vida de seus *presos* ou adiantar sua *liberdade*.

Caminhando entre grupos: os grupos de informação e os grupos de senha

Não acessei os grupos de informação e nem os grupos de senha, que se localizam, respectivamente, no Whatsapp e no Telegram. O acesso a esses grupos é restrito às mulheres que apresentarem a carteirinha de visitação. Como não obtive acesso a esses grupos, as dinâmicas descritas aqui foram descritas e explicadas por Fernanda, que é administradora de um dos grupos do Facebook e que visita desde 2021. Ela me contou que na unidade que visitava quando conversamos existem os "grupos gerais", que são grupos onde se encontram visitantes e familiares de toda a unidade. Existem também os "grupos de Raio", que são subdivididos pelos Pavilhões. Assim, as mulheres entram no grupo referente ao Raio do preso, que é um grupo mais restrito, com menos pessoas. Nesses grupos elas trocam ideias e informações sobre quais roupas podem usar, que alimentos podem levar, tiram dúvidas e fazem cálculos sobre os processos dos *presos*, se ajudam a respeito de excursões e pousadas na cidade da unidade. As mulheres que administram esses grupos são voluntárias, sem qualquer subordinação:

Fernanda: E uma das regras é: sempre que, pelo menos na unidade que eu vou tá? Mas a maioria é assim: sempre que a gente entra em grupo de Whatsapp a gente tem que pôr uma foto nossa "Oi o meu nome é Fulana, eu visito ciclano, no raio tal, cela tal", aí as meninas "ai seja bem vinda, não sei o que". Você se apresenta pra entrar, justamente pra saber quem é quem ali, pra evitar esse negócio aí de amante ou pra evitar gente infiltrada coletando informação, às vezes gente até assim, ou funcionário público ou da polícia. Embora quem faz coisa errada não é idiota de ficar comentando ali, mas elas tentam evitar esse tipo de situação.

Fernanda me enviou um print de um dos grupos de uma unidade prisional do interior do Estado. Nesse print, com números e fotos censurados pela própria interlocutora, uma das mulheres dava boas vindas em resposta à uma mensagem enviada por outra mulher que se apresentava ao grupo. A mensagem original era uma foto da nova integrante e na legenda ela se apresentava dizendo seu nome, o nome, *vulgo* e raio de seu *preso*. As boas vindas foram respondidas pela autora da mensagem com um agradecimento e o questionamento se naquele grupo ela conseguiria a lista de *jumbo* e qualquer outra informação que precisasse. Em resposta, outra mulher encaminhou no grupo a lista de *jumbo* da unidade penal a que o grupo se refere. Fernanda pegou essa lista, que aparecia cortada pelo limite do print e encaminhou em nossa conversa. Embaixo da lista, um recado em destaque: “COLAR XEROX DO RG OU CARTEIRINHA EM CIMA DA CAIXA (PODENDO ELES RECUSAR O RECEBIMENTO NA FALTA DA XEROX)”. Comparei a lista de *jumbo* que Fernanda me enviou com a lista disponível no site oficial da SAP e não encontrei divergências.

Depois, ela me enviou mais dois prints de conversas de outro grupo da mesma unidade. Na primeira imagem, uma integrante mandava uma propaganda de alguém que comercializa as bolsas transparentes padrão para a entrada do *jumbo* nos dias de visita, outra integrante perguntava se alguém já enviou alguma carta solicitando atualização de processo para determinada cidade. Menos de 10 minutos depois, a pergunta é respondida com a indicação de onde se deve fazer isso e um link do site é encaminhado. A segunda imagem se referia ao primeiro grupo e mostrava uma conversa sobre se determinada comida passava nos procedimentos de revista daquela penitenciária. Uma mulher dizia que já havia entrado com pudim de leite condensado mas que tinha dúvidas sobre se um pudim de chocolate passaria pela revista. Utilizando palavras afetuosas como “gatona” e “amor” a primeira mulher era convencida pela segunda de que aquele item realmente passava pela revista do *jumbo* daquela unidade. Além disso, as mulheres também trocam ideias e informações sobre roupas que elas podem usar, os alimentos que podem preparar, tiram dúvidas e se ajudam com processos, excursões, pousadas e tudo aquilo que está relacionado ao processo de visitação.

Na unidade que eu visito tem um grupo muito grande, que é o grupo geral Não é de nenhum raio, de nenhum pavilhão, ele é da unidade como um todo. Ele é bem movimentado, é o dia inteiro essas menina falando, o dia i-n-t-e-i-r-o. E nesse grupo tem quase 500 membros que fazem parte e aí a administração é feita por quatro meninas, só que assim, é muito rotativo o negócio também. Já saiu uma, já entrou outra, e vai e volta e vai e volta. Toda hora tá mudando de adm.

Diferente dos grupos de informação e de senha, os grupos gerais no Whatsapp são criados com uma proposta de interação mais ampla. Como as informações específicas de onde visitam podem ser encontradas nos grupos de informação da unidade, os grupos gerais se constituem como um espaço de trocas mais diversas sobre o universo prisional. Apesar dos grupos online constituírem como um espaço onde as mulheres buscam e produzem acolhimento e ajuda mútua, eles também são um espaço de conflito e tensão. Quando perguntei à Fernanda sobre como se dava a organização dos grupos e se as mulheres que ocupavam a administração dos mesmos eram *guias*, ela me disse:

É um voluntariado. A pessoa cria o grupo, ela começa a adicionar pessoas que visitam, quem quer participar do grupo e ficam ali trocando informação, trocando figurinha, desabafando, é isso aí, não é nada vinculado a ninguém, é coisa nossa. Então tem essa liberdade, às vezes também sai briga ali no grupo entre as meninas, entre os membros, entre as próprias administradoras. Ai sai alguma, enfeza, sai do grupo, cria outro, ai convida as meninas “olha, to com um grupo novo, quem quiser entrar me chama que eu adiciono” e assim elas vão fazendo.

Além desses grupos, existem também os grupos de senha, que são organizados pelo Telegram, um aplicativo de mensagens instantâneas como o Whatsapp, aplicativo que ganhou destaque pela privacidade e pela capacidade de interromper o envio de mensagens temporariamente. Além disso, é possível restringir apenas alguns tipos de mensagens, como impedir o envio de mídias, bloquear links, desativar figurinhas e gifs, proibir mensagens de voz e chamadas.

Estes grupos são organizados pelas *guias de porta*, sendo responsáveis por gerir (adicionar ou retirar) as mulheres do grupo. O grupo é fechado e não há conversas: a *guia* abre o grupo somente no dia e horário da distribuição de senha, que acontece pela ordem de chegada das mensagens no grupo. É preciso estar atenta pois o grupo só fica aberto por 10 minutos. A distribuição de senha normal e preferencial acontece em dois grupos de senha separados e essas senhas são posteriormente intercaladas na organização da fila. Fernanda me enviou um print de um grupo de informações onde uma mulher perguntava sobre os horários que as senhas eram distribuídas. A mulher era respondida com uma mensagem encaminhada:

*(emoji de flor) *ATENÇÃO aos horários das senhas de [unidade com o nome censurado] (emoji de flor)*

Quinta feira

Horário da Senha Normal

20:25 *Abre pro rascunho*
20:27 *Fecha*
20:30 *Manda a senha*

Horário da Senha Preferencial

20:40 *Abre pro rascunho*
20:42 *Fecha*
20:45 *Manda a senha*

Horário da senha Bate Volta

20:55 *Abre pra rascunho*
20:57 *Fecha*
21:00 *Manda a senha*

OBS: Os grupos ficaram abertos apenas 10 minutos!

Todas as senhas são pelos respectivos grupos no TELEGRAM!

Caso não esteja no grupo da senha, chamar a Guia de porta ou o Apoio para add no grupo.

Podemos observar que os grupos do Telegram, ao mesmo tempo em que cria uma nova dinâmica de organização cotidiana das mulheres, fazendo com que abandonem a estratégia anterior de viajar e acampar para pegar uma *senha baixa*, e construam novas estratégias, que devem ser elaboradas nessa nova dinâmica. Acessar a plataforma nos horários corretos não deixam, entretanto, de lado as organizações anteriores, como as filas normais e preferenciais, além das senhas próprias para quem faz *bate e volta*. Além disso, a carteirinha e matrícula do *preso* continuam sendo solicitadas para a retirada da senha, como acontecia nas portas das prisões onde se encontravam as *guias de porta* que distribuíam as senhas presencialmente. Veremos então, no capítulo a seguir de que forma as mulheres acompanham o movimento da prisão, atualizando e criando novas estratégias para lidar com a *magia* do Estado (DAS, 2020).

CAPÍTULO 3: Construindo estratégias para acompanhar o movimento

A mudança na forma de distribuição de senhas entre as mulheres que visitam nas unidades prisionais do estado de São Paulo é um exemplo de como a prisão e o seu redor não são estáticos, mas sim que estão em constante movimento. A criação dos grupos de senha alteraram uma dinâmica que já estava bem estabelecida nas unidades prisionais paulistas há muitos anos: a necessidade de se deslocar até a *porta da cadeia* para retirar a senha com a *guia de porta* (BIONDI, 2009; FERRAZ DE LIMA, 2013; LAGO, 2019). Essa necessidade fazia com que muitas mulheres se deslocassem até a prisão dias antes do dia de visita, a fim de pegar uma senha baixa para passar menos tempo na fila e mais tempo com o *preso*. Era comum que em unidades maiores com superlotação as mulheres acampavam dias antes em frente à unidade em razão de uma senha baixa. Perguntei à Fernanda se com o surgimento dos grupos de senha as mulheres haviam parado de acampar em frente às unidades e ela me respondeu “*Sim, uma maluquice... agora de nada adianta madrugar lá na frente e nem mesmo ir para a cidade dias antes. Basta pegar senha pelo celular.*”.

A mudança nessa nova forma de distribuir senhas altera a dinâmica e as estratégias cotidianas adotadas pelas mulheres para produzirem suas *caminhadas*. De acordo com Fernanda, o uso dos grupos para organização das mulheres já existia em algumas unidades/regiões, mas é entre 2022 e 2023 que se espalha pelo estado e se consolida como uma estratégia utilizada cotidianamente pelas mulheres e altera dinâmicas importantes que já estavam consolidadas há vários anos, como relatado na bibliografia sobre o tema (BIONDI, 2009; DE LIMA, 2013; LAGO, 2019). Não pude observar de que forma as mulheres criaram estratégias para pegar *senha baixa* nessa nova forma de se organizar, mas o acompanhamento do grupo *geral* do Whatsapp me permitiu observar de que forma as mulheres cotidianamente constroem e reformulam estratégias para acompanhar o movimento da prisão, sejam eles efeitos de mudanças no mundo “externo” como o surgimento do Pix e aplicação de golpes na internet ou “internas”, como as mudanças nas diretrizes estatais e regulação de vasos

comunicantes valiosos para a manutenção dos relacionamentos, como o caso das mudanças no Conexão Familiar.

Certa noite abri o grupo *geral* de Whatsapp e uma mulher questionava se alguém estava conseguindo enviar email, já que pra ela estava dando erro. A mulher que passava informações em um diálogo anterior disse que “ainda não” e mandou um print do site da SAP que comunicava que o formulário para Conexão Familiar estava temporariamente indisponível. O projeto Conexão Familiar é um serviço de comunicação entre pessoas que estejam cadastradas no *rol* e o *preso*, e foi criado em junho de 2020³¹ em decorrência da interrupção da visitação em todas as unidades prisionais em razão da pandemia de COVID-19. A resolução estabeleceu que as pessoas com situação regular em seu cadastro no *rol* pudessem enviar dois e-mails semanais para a pessoa que se encontrava privada de liberdade. Sua execução acontecia da seguinte forma: o e-mail enviado pelos familiares era impresso pelos agentes penitenciários, que entregavam aos presos para que estes respondessem no verso do papel. Em seguida, um e-mail com a resposta dos apenados era digitado pelos agentes, que enviam a resposta aos familiares. Demorou até o dia seguinte para que o serviço ficasse novamente disponível. Seu retorno, no entanto, havia implicado na alteração dos seus termos:

Carla: Meninas, o Conexão Familiar voltou!

Fernanda: Para mim, não está abrindo. Tenho o link novo, mas não consigo acessar.

Mariana: Sério, amiga? Vou tentar abrir aqui.

Carla: [Envia o link] <http://formularios.sap.sp.gov.br/conexao/familiar>. Tenta entrar por esse link.

Fernanda: Eu já tenho. Peguei no grupo da unidade prisional que visito, mas não abre.

Carla: Voltou, mas agora será permitido apenas um envio por mês. Além disso, não haverá mais resposta do preso, apenas um e-mail informando que sua mensagem foi entregue a ele.

Fernanda: Mas de que adianta isso? Melhor escrever uma carta.

Mariana: Nossa, realmente... qual a utilidade disso então?

³¹ Serviço instituído pela Resolução SAP N° 94, de 25 junho de 2020.

Carla: Só fizeram isso para não desativar completamente o Conexão Familiar.

Mariana: Sim, um absurdo...

Beatriz: [Envia um PDF da *Resolução SAP N° 084, de 23 de julho de 2024*].

Beatriz: [Envia um link] Quem quiser enviar pelo Conexão Familiar, aqui está o link. Acabei de mandar.

Juliana: No caso, quem está no RO (*Regime de Observação*) recebe? Ou é só para quem já tem *carteirinha* de visitante?

Carla: Só pode enviar o Conexão Familiar quem está no *rol* de visitas do preso e com a documentação em dia. Quem não tem a documentação regularizada não consegue utilizar o serviço.

Juliana: Ah, entendi!

Mariana: Presos que estão no RO não recebem nada, apenas cartas normais e telegramas. E, para receber a mensagem pelo Conexão Familiar, o visitante precisa estar no rol e com a *carteirinha* em dia.

Juliana: Agora entendi tudo... Muito obrigada por me esclarecer!

A conversa sobre terem conseguido ou não acessar o Conexão Familiar continuou e uma mulher encaminhou a seguinte mensagem:

CUNHADAS BOA TARDE
CONEXÃO FAMILIAR

Saiu uma nova resolução onde a conexão familiar será possível enviar apenas 1 mensagem para o reeducando por mês

- Esse email não haverá retorno para nós visitantes
- Somente os sentenciados que estão nos centros prisionais hospitalares receberam 1 email por semana
- A unidade terá o prazo de 10 dias para entregar o formulário da conexão familiar ao detento³²

Essa mudança levou a uma indignação coletiva, seguida da sugestão de uma nova forma de utilizar o serviço ofertado pela própria administração penitenciária:

Carla: Que injustiça! O sistema oprime cada dia mais.

Fernanda: Demais...

Mariana: Sinceramente, se for para funcionar dessa forma, nem deveria ter voltado. O sistema só piora a cada dia.

³² Informe disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/conexao-familiar.html>

Carla: Na verdade, agora as famílias vão precisar usar o Conexão Familiar apenas em casos de urgência. Quem viaja uma vez por mês pode deixar para avisar que está indo, e quem faz pecúlio pode usar o e-mail para informar sobre isso. Acho que, a partir de agora, o ideal é utilizar esse recurso somente em situações de necessidade e urgência.

Essa conversa demonstra a mudança na função à qual as *visitas* atribuíram ao Conexão Familiar. A função atribuída anteriormente pelas mulheres a esse meio de comunicação com os *presos* não seria mais possível com as alterações feitas pela SAP e agora novas funções estavam sendo atribuídas. As alterações realizadas pela SAP nesse vaso comunicante impossibilitam as mulheres de continuar a mobilizar essa ferramenta para enviar determinados tipos de informações aos *presos* em determinados regimes de tempo. Carla pensa na possibilidade de ressignificação da função desse vaso comunicante, que se alterou:

Agora as famílias vão precisar usar o Conexão Familiar apenas em casos de urgência. Quem viaja uma vez por mês pode deixar para avisar que está indo, e quem faz pecúlio pode usar o e-mail para informar sobre isso. Acho que, a partir de agora, o ideal é utilizar esse recurso somente em situações de necessidade e urgência

Antes dessas alterações as mulheres podiam enviar até dois emails por semana para o *preso* e obterem suas respostas, o que fez com que atribuíssem determinada função à este vaso comunicante, já que o envio e recebimento de emails acontecia de forma mais rápida do que as cartas e recados enviados por outras pessoas, perdendo somente para a ligação, recurso limitado acessado por presos que podem pagar por um celular. Com as alterações estabelecidas pela SAP, as mulheres imediatamente refizeram seus cálculos e repensaram as estratégias: com a restrição para o envio de somente um email por mês, o que continua a ser mais rápido do que o envio de cartas, este passará a ficar reservado para situações de “emergência” onde o *preso* precisa ser informado de algo do mundo externo. Nesse sentido, a alteração do funcionamento de um vaso comunicante utilizado pelas mulheres para realizar a manutenção de seus relacionamentos fez com que elas atribuíssem um novo sentido a ele, de forma que possa ser utilizado de melhor forma.

Como busquei demonstrar neste trabalho, o caminho até a prisão vai para muito além das filas em frente as penitenciárias e as informações estatais disponibilizadas e compartilhadas. É preciso também adquirir conhecimentos sobre as suas margens (DAS, 2008) e pelas redes de ajuda e afeto que compõem a prisão. Assim, as mulheres também ressignificam e constroem estratégias para lidar com as mudanças e problemas que surgem

para além da administração estatal, como é o caso da entrada de golpistas nos grupos de Facebook e Whatsapp e as estratégias adotadas por eles para a aplicação dos golpes.

O que percebi quando cheguei ao grupo era que a questão com os golpistas era algo relativamente recente e que as mulheres, cada uma a seu jeito, buscavam identificar e se proteger de golpistas. Havia um consenso de que os golpistas se infiltraram nos grupos de Facebook e por lá, através de mensagens enviadas no chat privado ou pelos números de telefone compartilhados de forma pública nos comentários chegavam até as mulheres. Também eram frequentes os casos em que ao postar uma dúvida ou pedido de ajuda nos grupos localizados no Facebook, os golpistas respondiam “*me manda seu número pra eu te colocar no grupo do Whatsapp*”. As mulheres passavam seus telefones, mas não eram adicionadas a nenhum grupo. Alguns dias depois recebiam mensagens de pessoas se passando pelo *preso* pedindo dinheiro ou mensagens de cobrança de uma dívida que teria sido contraída pelo preso. Nesse caso os golpistas pressionavam os familiares dizendo que caso a dívida não fosse paga o *preso sofreria as consequências*, ou seja, seria espancado ou morto.

As mulheres buscavam identificar quem eram os golpistas, mas não havia um consenso:

Bruna: Começou a palhaçada... Meninas tomem muito cuidado, porque no Facebook tem um monte de grupo lá que eu to vendo, que é só preso e é esses preso aí que fica passando golpe na gente. Porque eu tenho um primo que tava preso e eu mostrei pra ele e ele falou assim que esses maneirão aí que fica passando golpe na gente. Então não caia não viu? Até porque essa gente sabe onde que o nosso pessoal tá, entendeu? Sabe até o DDD, a cidade, o lugar, então tem que tomar muito cuidado. Eu já mando logo para aquele lugar que eu não tenho paciência.

Diana: Mandou mensagem pra mim também essa mesma pessoa [print da pessoa entrando em contato, dando “bom dia cunhada”, dizendo que é “Nayara esposa do Bruno que ta preso junto com o seu pessoal” e que é “a menina do dinheiro”] Eu acho que como nós deixamos o contato no grupo do *face*, ela pegou e tá querendo dar o golpe pra ver quem cai, querendo cobrar dívida que não existe.

Pelas descrições é possível notar que a mesma mulher que me enviou mensagem afirmando ser esposa de alguém que estaria preso com o meu *pessoal* também entrou em contato com várias mulheres que estavam nos mesmos grupos que eu. A partir de então, elas compartilham as experiências que já tiveram: as mensagens que receberam, suas reações, se levaram golpe ou não, como fazem para identificar ou se prevenir de golpistas. Se deixar o

contato em grupos de Facebook é inseguro, é preciso repensar a forma de utilizar a ferramenta. Bruna argumenta que é preciso que tanto as membras dos grupos quanto as administradoras adotem uma prática mais privada de compartilhar seus números de telefone:

No dia que eu fui entrar no grupo, a [administradora] colocou lá “deixa os número”. Não é certo deixar o número. Ou vai no *privado* dela e deixa, ou ela deixa o link lá pra gente entrar. E a gente tem que ficar ligeira, esperta com as golpistas de plantão porque é o que mais tem. A gente já tá nesse prejuízo todo, que são prejuízos que a gente vive né com os nossos familiares, e ainda ter gente que se aproveita da situação, da fragilidade da gente pra tá aplicando golpe. Também que eu olho se tem algum grupo em comum. Não tem? Então não vem não. Pegou o contato aqui no grupo porque eu entrei pelo link, o link que a [administradora] foi colocando lá nos comentários e eu peguei e entrei. Aí eu entrei com o outro número meu, depois eu pedi pra ela mandar o link pra mim entrar com o outro número porque o outro ia automático.

Lidar com os golpistas e descobrir quem é confiável tornou-se uma preocupação de quem utiliza as redes sociais para acessar as redes de ajuda online das *visitas*. Com os grupos de Facebook operando como uma porta de entrada para as redes de ajuda, os golpistas ocupam esse espaço em busca de vítimas que tenham em comum o fato de serem *visitas*. Com esse espaço se tornando inseguro, os grupos do Facebook se tornaram um espaço onde é possível encontrar as mais variadas propagandas de serviços e produtos utilizados pelas mulheres, enquanto estas passaram a usar outra ferramenta para compartilhar as informações sensíveis e buscar ajuda. O Whatsapp e Telegram, plataformas onde é possível pudessem ter maior controle de quem está no grupo, se tornaram então um espaço privilegiado para que elas trocassem suas experiências e informações.

Isso porque a “fragilidade” que os golpistas buscam atingir nessas potenciais vítimas é a preocupação com seu *preso*: se inserindo em determinados grupos e manuseando o conhecimento de termos e dinâmicas comuns à *presos* e *visitas* eles conseguem mobilizar nas *visitas* o medo que seus *presos* sejam *cobrados* dentro da prisão. Pessoas que acabaram de *entrar na caminhada* ficam mais vulneráveis à tais golpes, pois ainda estão em processo de adquirir conhecimentos e experiências que auxiliam o transitar entre as dinâmicas próprias do universo prisional. Cair em golpes certamente não é algo que pode acontecer só no começo da *caminhada*, mas o *tempo de caminhada* faz com que conhecimentos e práticas necessárias para se proteger de pessoas não confiáveis sejam adquiridos.

Em golpe eu não caio não porque assim, eu tenho um outro número que meu filho que entra em contato comigo. É outro número. Se vier alguma coisa por esse número e se não vier um áudio com a voz dele... não recebe não. Ou retorno mesmo de visita. Eu espero alguém visitar, perguntar se está devendo. Aguardo. Teve uma vez que a mulher ainda disse “ai mas ai tem que pagar porque se não ele *vai pras ideia*” e tal. Eu disse “pode quebrar ele todinho, pode quebrar porque eu não mandei ele fazer dívida”. O número que eu mando é o número que a gente tem contato faz 3 anos, ai esse número aqui só mesmo pros grupo.

A utilização de um número que seja de conhecimento apenas do *preso* dentro do universo prisional é a estratégia adotada pela mãe que precisa se comunicar com seu filho e também estar em contato com as redes de ajuda. A proibição da entrada de celulares nas unidades prisionais e o flagrante de sua utilização pelos *presos* nas unidades paulistas implicarem em sindicância³³ são os motivos pelos quais todos os grupos que acessei, no Facebook e no Whatsapp, têm como regra a proibição de falar sobre o *preso* ter celular. Entretanto, como nos lembra Lago (2019), o uso frequente e a naturalidade com que se fala sobre o uso de celular dentro das unidades prisionais são fatores que reforçam o argumento de que a prisão não interrompe a comunicação daqueles que se encontram dentro de seus muros com o *mundão*. Como os golpistas não são pessoas que estão na *caminhada*, uma das formas elaboradas pelas mulheres para identificar é o questionamento sobre qual a sua localização dentro dos fluxos penitenciários. Em meio ao clima de tensão que a discussão sobre os golpistas causava, Rafaela disse:

É igual eu falei, é que a ainda não me mandaram mensagem porque se virem mandar mensagem pra mim eu vou falar assim pra ele “manda ele vira faxineiro aí dentro ou manda da o fiofó dele, faz o caralho a quatro, ou cerca ele de cacete aí dentro porque eu não vou pagar nada”. É isso que eu vou falar. Depois ainda por cima eu xingo a pessoa que está mandando mensagem pra mim. É que nem a cunhada disse aí, em qual cadeia seu *peçoal* tá? Cadê que ela respondeu?

A fala de Rafaela chama atenção pelo deboche em relação ao próprio *preso* quando diz que pode fazer o que quiser com ele em razão da dívida, porque *ela* não vai pagar nada. Mas logo em seguida ela demonstra que essa seria uma forma de debochar do golpista, que não pode se provar *na caminhada* a fim de continuar o golpe, porque não existe um *preso* real a se vincular. Quando Rafaela questiona sobre “qual cadeia seu *peçoal* tá?” a golpista e ela não responde, ela se refere à materialidade da *caminhada*: quando alguém diz por *quem* ela se

³³ Segundo Godoi (2015) a sindicância é “um sistema punitivo particular, que funciona no interior do sistema prisional e que interfere, em grande medida, nas condições e no tempo de cumprimento de pena”.

movimenta, ela se localiza dentro dos fluxos prisionais. Dizer o *vulgo*, a unidade, o pavilhão, o *raio* de um preso é uma das formas possíveis de localizar alguém dentro e/ou ao redor da prisão. Isso só é possível porque as redes de afeto organizam e produzem a prisão, que não inibe trânsitos mas sim coloca uma multidão de pessoas em movimento. Com um funcionamento que mantém um constante fluxo de transferências, movimentando não só os *presos* mas também seus vínculos, a prisão paulista viabiliza um grande tráfego de informações e uma rede de focos e controles entre todas as unidades do estado (PADOVANI, 2015).

Tal fato parece tensionar a própria *caminhada* de algumas mulheres, que pode ser sempre colocada em questão. Enquanto ainda conversavam sobre os golpes, Rúbia compartilhou sua opinião sobre o impasse que fazia com que os golpistas conseguissem realizar os golpes com mais facilidade: o medo de não estar *fechando na caminhada*. A possibilidade de um preso contrair uma dívida dentro da prisão e ser *cobrado* por isso existe e pode acontecer. Os golpistas exploram essa insegurança, que indiretamente questiona se as mulheres, por mais que passem por dificuldades financeiras, não estão realmente *no pedal* por seus presos:

Rúbia: Sabe, meninas, eu estava conversando hoje com uma amiga sobre essa questão da dívida. Ela recebeu uma mensagem informando que precisava pagar um débito. Então, eu falei pra ela o seguinte: *a dívida não é sua, a dívida é do seu marido*. Mesmo que tentem transferir essa responsabilidade, nós não somos obrigadas a pagar. Quem contraiu a dívida foi nosso pessoal, certo? Se você não quiser pagar, não é sua obrigação arcar com a dívida de ninguém. A dívida pertence a eles. Se a pessoa disser "eu não vou pagar", tudo bem, quem deve será cobrado lá dentro. Isso não tem nada a ver conosco. Eles perguntam se queremos pagar, mas, na minha visão, não cabe a nós essa responsabilidade. Eu sempre converso com meu marido sobre isso, e ele me assegura que não somos obrigadas a pagar dívida alguma aqui fora. Algumas pessoas assumem essas dívidas por conta própria e, a partir do momento que aceitam, a responsabilidade passa a ser delas. Eu sempre alerto minha sogra e meu sogro: *NÃO PAGUEM DÍVIDA ALGUMA!*. Caso queiram pagar, como pai e mãe, que antes conversem diretamente com ele para entender melhor a situação.

Muitas mulheres caem nos golpes ao se desesperarem com a possibilidade de seu ente querido *sofrer as consequências* de ter contraído uma dívida na prisão, enviando dinheiro aos golpistas. Nessa conversa também é possível notar um tensionamento sobre o que é *dever*, *obrigação* da *visita* em relação ao *preso* quando uma delas diz que “a dívida não é dela, a

dívida é do marido” e que “se você não quiser pagar você não é obrigada”. Esse tensionamento vai de encontro a ideia de *caminhada*: a acusação de não *fecharem na caminhada* com seu *preso* poderia ser mobilizada caso as mulheres não pagassem a dívida.

Assim, o *tempo de caminhada* faz com que as mulheres acumulem conhecimentos, tanto sobre os vasos comunicantes e suas mudanças quanto sobre os fluxos penitenciários, além de demonstrar fidelidade. A experiência da *caminhada* faz com que essas mulheres acompanhem - enquanto a *caminhada* durar ou nos períodos em que ela durar - os movimentos da prisão. Assim, elas conseguem instruir outras mulheres sobre como transitar, os fazendo sempre atrelados à experiência do *preso* a quem se relacionam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da imersão em grupos das redes sociais Facebook e Whatsapp criados para e administrados por mulheres que visitam seus familiares presos em unidades do estado de São Paulo, busquei descrever como as redes sociais passaram a fazer parte dos recursos mobilizados pelas mulheres para se manterem *na caminhada*. Os grupos aparecem como essenciais para que as mulheres se mantenham *na caminhada* e estar na caminhada não é apenas encontrar informações necessárias, enviar jumbos e visitar. É também construir e mobilizar afetos, estar em movimento, aprender a decifrar os códigos próprios do Estado.

Através do conceito de *vasos comunicantes* (GODOI, 2015) busquei analisar como não só estes surgem, se transformam e, em alguns casos, se extinguem, fazendo com que as mulheres se movimentem e repensem estratégias quando as diretrizes estatais reconfiguram ou alteram temporariamente os *vasos comunicantes*, mas também como as suas formas diversas, que vão além da visitação e do *jumbo* são, também, utilizados pelas mulheres para se movimentar pelos fluxos prisionais e manterem-se na *caminhada*. A variedade de assuntos abordados no grupo, suas interações descontraídas e variedade de membras permitiu observar como as mulheres utilizam o grupo para construir e compartilharem formas de mobilizar e ressignificarem as funcionalidades dos vasos comunicantes das prisões paulistas.

Como os caminhos se alteram constantemente, as mulheres mobilizam vasos comunicantes e redes de afetos para se manter *na caminhada*. É a *disposição* das mulheres que as leva a mobilizar ferramentas para tal, pois a *disposição* é o motor das ações, é o que permite que elas elaborem estratégias e construam objetivos que não são abandonados durante sua execução quando os imprevistos, erros e impasses aparecem na *caminhada* (BIONDI, 2009). Para isso, elas utilizam, mobilizam e criam diversas ferramentas como os grupos de Facebook, Whatsapp e Telegram e também ferramentas oferecidas ou permitidas pelo Estado, como o Conexão Familiar. Elas produzem conhecimento sobre como caminhar pelo Estado e suas “mágicas” (DAS, 2020) e os compartilham para que as mulheres possam manejar e caminhar através da burocracia e da opacidade do Estado. Assim, as informações trocadas nos grupos não se limitam ao compartilhamento das informações estatais, elas também trocam

informações, estratégias e conhecimentos sobre como transitar pelas burocracias e procedimentos.

Essa análise está alinhada à proposta de examinar o funcionamento do Estado e os efeitos práticos decorrentes de suas ações (DAS; POOLE, 2008). A escassez material imposta nas prisões paulistas contraria claramente preceitos legais tanto nacionais quanto internacionais, entretanto, gera efeitos produtivos através de um regime específico de práticas que, por sua vez, possibilita a continuidade do funcionamento do sistema prisional. A imposição da penúria material constitui, portanto, uma estratégia de investimento estatal, cujo principal efeito é estimular os presos e, sobretudo, seus familiares a mobilizarem-se cotidianamente para assegurar condições mínimas de sobrevivência dentro da prisão. Dessa forma, não se trata de um Estado ausente ou omissivo que permite a organização dos presos e de seus próximos em defesa de seus interesses, mas, ao contrário, é precisamente por meio da presença e da atuação estatal que essa mobilização é incentivada e promovida, tanto dentro quanto fora dos muros do cárcere (GODOI, 2015).

Assim, a prisão se movimenta e movimenta consigo as mulheres, que se utilizam de diversos artifícios para realizar a manutenção de seus relacionamentos com os *presos*. Aqui eu me localizo com um conjunto de estudos que compreendem a prisão como porosa e constituída de diversos vasos comunicantes que ligam o “dentro” e “fora” (GODOI, 2015; PADOVANI, 2019). Eles possibilitam a articulação entre o *dentro* e o *fora* da prisão e consequentemente, o surgimento, existência e términos de relacionamentos entre pessoas privadas de liberdade e quem se encontra no *mundão*. Assim, os relacionamentos acontecem dentro de uma ampla gama de modos de comunicação, o que fica visível quando observamos a quantidade de artifícios que as mulheres utilizam para estar em contato com seu preso e demonstrar que estão na *caminhada*.

REFERÊNCIAS

BAYM, Nancy K. *Personal connections in the digital age*. John Wiley & Sons, 2015.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASCALIANAS. *Meditações*. Tradução de Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COMFORT, M. L. *Doing time together: love and family in the shadow of the prison*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GODOI, Rafael. Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GODOI, Rafael. Vasos comunicantes, fluxos penitenciários: entre dentro e fora das prisões de São Paulo/*Communicating vessels, penitentiary flows: between inside and outside of the prisons in São Paulo*. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 46, 2015.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. In: *Manicômios, prisões e conventos*. 1961.

LAGO, Natália Bouças do. Jornadas de visita e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LIMA, Jacqueline Stefanny Ferraz de. Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital. 2013.

MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Revista Cronos*, v. 12, n. 2, 2011.

MONSMA, Karl. James C. Scott e a resistência cotidiana: uma avaliação crítica. *XIII Encontro Anual da ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 1999.

PADOVANI, Natália Corazza. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. *Cadernos Pagu*, n. 55, p. e195501, 2019.

PADOVANI, Natália Corazza et al. Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2018.

SCOTT, Joan W. Experiencia. *Revista de estudios de género: La ventana*, v. 2, n. 13, p. 42-74, 2001.

SILVESTRE, Giane. Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina. 2011.

TIRIBA, Lia; VENDRAMINI, Célia Regina. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 14, n. 55, p. 54-72, 2014.